



ELO



PORTE
PAGO

ANO VIII
N.º 101
MENSAL
MAIO
1982
PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Propriedade, Administração e Redacção
Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex

Director
J. EDUARDO L. CASCADA

Composto e impresso nas oficinas
Empresa Pública Diário Popular (EPDP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

EDITORIAL

«Água mole em pedra dura tanto bate até que fura». Se esta sentença popular se cumprisse sempre, neste momento os deficientes das Forças Armadas já teriam visto aprovadas as medidas legislativas que há anos insistentemente vêm reclamando.

A acção firme da ADFA, afinal, está longe de produzir o mesmo efeito da água, mesmo «mole». É que a sabedoria popular, ao procurar valorizar a acção persistente das pessoas nos seus empreendimentos, fê-lo através de uma metáfora em que os circunstancialismos são, obviamente, muito diversos. A acção da água mesmo «mole», não encontra outras resistências que não sejam as naturais da pedra dura. Os homens, esses, encontram resistências várias, engendradas pelos complicados mecanismos sociais.

A resistência que a persistência da ADFA tem encontrado por parte do Poder há muito teria sido anulada e as medidas legislativas justas aprovadas, se não fossem os complicados circunstancialismos sociais que nos envolvem e que à partida condicionam o êxito da nossa acção.

Na base disto está o conceito que os governos e a própria sociedade em geral — o conceito oficial — têm de deficientes, o estatuto que definitivamente lhes atribuem, o carimbo com que os marcam.

É por isso que a nossa luta é difícil.

Mas o reconhecimento dessa dificuldade não implica, de forma alguma, pessimismo ou resignação. Bem pelo contrário, as dificuldades funcionam antes como meio de fortalecimento de uma vontade que não se verga.

Não se aplica, pois, aquela imagem inicial aos deficientes na sua luta. Eles não são elementos «moles» e passivos confiando na acção do tempo sobre as boas-vontades. São, e terão que ser cada vez mais, dinâmicos lutadores, derrubando, com as armas da sua razão, as obsoletas mentalidades dos governantes e restante classe dominante do nosso País, que tudo continuam a fazer para que os deficientes, como «subgente» que devem ser (no seu entender) se mantenham silenciosos no canto da sua marginalização.

REVISÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Depois da publicação no último número do «Elo» da notícia sobre a constituição de um grupo de trabalho no Secretariado Nacional de Reabilitação, com a participação deste organismo, Ministério da Defesa e ADFA, destinado a analisar a legislação dos deficientes das Forças Armadas e elaborar um projecto capaz de suprir algumas das lacunas existentes, algo sucedeu que veio alterar o quadro então apresentado.

O representante do Ministério da Defesa Nacional participou na primeira reunião do grupo de trabalho que teve lugar no dia 31 de Março e em que se acordou num plano de trabalho. Depois desta reunião o grupo de trabalho não voltou a reunir, porque o Ministério da Defesa

- **MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL ABANDONOU GRUPO DE TRABALHO NO SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO.**
- **ADFA EXIGE PARTICIPAÇÃO DO MDN E SOLICITOU AUDIÊNCIA AO MINISTRO DA DEFESA.**
- **SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO MANTÉM INICIATIVA DE PREPARAÇÃO DE NOVA LEGISLAÇÃO.**

Nacional decidiu, simplesmente, desvincular-se desta iniciativa.

A ADFA procurou junto do Secretariado Nacional de Reabilitação saber das razões que levaram o Mi-

nistério da Defesa a tomar esta insólita atitude, mas não conseguiu obter os esclarecimentos desejados. Assim, no passado dia 5 de Maio, a Associação enviou ao senhor Ministro

da Defesa Nacional um ofício solicitando-lhe uma audiência com o máximo de urgência, a fim de se obter um esclarecimento directo e para que seja dado deficiente

(Continua nas páginas centras)

NO 8.º ANIVERSARIO DA ADFA

CONVÍVIO NACIONAL DE ELEVADO SIGNIFICADO ASSOCIATIVO REUNIU CENTENAS DE SÓCIOS

O aniversário da ADFA este ano comemorado de forma diferente, com um convívio no Parque Natural de Coruche, reuniu algumas centenas de sócios em ambiente de forte camaradagem associativa.

Mais de mil pessoas, entre sócios e familiares, estiveram presentes no dia 15 de Maio no Par-

que de Coruche, onde, depois do almoço, assistiram a um programa de variedades de saboroso gosto popular.

O número de sócios previstos só não ultrapassou as expectativas, devido à coincidência do aniversário da Associação

com a visita do Papa João Paulo II que prejudicou a vinda de muitos associados, especialmente do norte.

A comemoração do aniversário da ADFA deste modo, no campo, constituiu uma experiência nova que resultou e é de repe-

tir em próximos anos. Essa foi, pelo menos, a ideia manifestada por muitos associados durante o próprio convívio.

O programa previsto foi integralmente cumprido, desde a realização das provas desportivas em

(Continua nas páginas centras)

NESTE NÚMERO:

- SUBSÍDIO DE CONDIÇÃO MILITAR NAS PENSÕES DOS DFA PÁG. 12
- DIREITO DOS DEFICIENTES A VIATURA PRÓPRIA NOVAMENTE REGULAMENTADO PÁG. 2
- ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS RETARDADA POR UM ANO PÁG. 3
- O MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA RECEBEU DIRECÇÃO DA ADFA PÁG. 10
- «ELO» ENTREVISTOU DEFICIENTE CIVIL DO PORTO PÁG. 4
- COMEMORAÇÕES MILITARES DO 25 DE ABRIL PÁG. 10



Um aspecto geral do convívio

Relatório do Secretariado Nacional de reabilitação relativo a 1981

UM ORGANISMO NOVO ASSIMILADO POR UMA MÁQUINA VELHA

Conforme referido no último número do «Elo», o Conselho Nacional de Reabilitação, na sua reunião de 16 de Abril passado, aprovou o relatório e contas do Secretariado Nacional de Reabilitação relativos a 1981. Também conforme referido no último número do «Elo», vamos proceder a uma análise mais aprofundada do relatório do que a então feita.

Em primeiro lugar, e numa apreciação muito global, pode-se deduzir, através da leitura do relatório, que o Secretariado Nacional de Reabilitação vem a acentuar a sua tendência para funcionar essencialmente como órgão técnico de consulta do Governo, cabendo a iniciativa de desencadeamento de acções de reabilitação (poucas) aos serviços específicos dos ministérios. As iniciativas próprias do Secretariado tendem a não passar de actos de boa vontade, sem resultados práticos, já que são a seguir bloqueados pelos ministérios ou secretarias de Estado.

Esta apreciação foi, aliás, feita na reunião do Conselho Nacional de Reabilitação pelo vogal em representação da ADFA e secundado pelos representantes das outras duas Associações de deficientes (APD e ANDST).

Exemplos, ilustrativos desta apreciação são os dois projectos elaborados em devido tempo no Secretariado Nacional de Reabilitação sobre o trabalho protegido e sobre a quota de emprego nos sectores privados e público empresarial. Trata-se de dois projectos em que o Secretariado se empenhou e que os ministérios interessados congelaram.

Na mesma linha crítica se pode inserir a questão da integração dos deficientes na função pública. Trata-se de um Grupo de trabalho previsto há anos, que acabou por ser nomeado em Agosto do ano passado e ainda não começou a funcionar. Neste caso, o bloqueamento por parte dos ministérios surge «a priori», já que estão a inviabilizar a possibilidade de adopção de medidas que facilitem a colocação de deficientes na função pública à partida, com a não nomeação dos representantes para o grupo de trabalho.

Toda esta situação terá, para já, provocado um certo retraimento do Secretariado quanto à elaboração e apresentação de medidas legislativas ao Governo sobre reabilitação, como é da sua competência. Veja-se o que se passou por exemplo, quanto à colocação de professores grandes deficientes. Na sequência de solicitação de alguns interessados, o Secretariado Nacional de Reabilitação entendeu que seria justo garantir a colocação de professores grandes deficientes em escolas próximas das suas residências. Assim, o Secretário Nacional apresentou esta questão directamente ao Ministério da Educação e Universidades que a acolheu desfavoravelmente. Perante, a posição do Ministério, o Secretariado terá considerado esgotada a sua capacidade de intervenção nesta matéria. Trata-se de um comportamento do Secretariado Nacional de Reabilitação reprovável a todos os títulos, já que, a proceder assim, não se justifica a sua existência, porque os ministérios, sabe-se bem, têm a sua política própria. Ao Secretariado competiria sim, neste caso, e de acordo com o espírito e a letra do Decreto-Lei n.º 348/77, apresentar directamente ao Primeiro-Ministro uma proposta de medida legislativa sobre a colocação dos professores que são grandes deficientes.

As relações do Secretariado Nacional de Reabilitação com os ministérios ligados à problemática dos deficientes não estão, pois, a ser a mais correctas, não apenas na nossa opinião, como Associação, mas na própria letra da legislação que criou o Secretariado como organismo coordenador das acções de reabilitação.

Entretanto, há a salientar que o órgão fundamental do Secretariado, o Conselho Nacional de Reabilitação não tem sido ouvido nem achado nesta matéria. As reuniões obrigatórias pelo menos uma vez por mês, não têm tido lugar e os problemas que poderão ser da sua competência, como é este o caso, têm-lhe passado ao lado. Os prejudicados são, logicamente, os deficientes, já que das «tricas» entre os responsáveis do Secretariado e dos ministérios não há-de vir mal ao

mundo» (trata-se de pessoas que são todas nomeadas pelo governo, e, por conseguinte, dependem duma confiança que pressupõe os cargos que ocupam).

Assim, a esperança dos deficientes que em muito foi depositado na acção do Secretariado Nacional de Reabilitação aquando da sua criação, não está a realizar-se. Pretendia-se que o Secretariado, de entre os organismos do Estado, se assumisse com características bem diferentes das actuais. Pretendia-se que a sua actualização se baseasse, de facto, na coordenação das acções de reabilitação, que fosse o verdadeiro motor da política oficial de reabilitação, sem contemplação pela visão tacaña de alguns sectores, impondo uma orientação geral no sentido de satisfação dos interesses dos deficientes. Mas assiste-se ao contrário. E não são as boas-vontades, nem as persuações, nem sequer as pressões, que conseguem levar à alteração de um estado de coisas com raízes muito profundas.

O Secretariado Nacional de Reabilitação foi uma cunha cravada na mentalidade dos departamentos do Estado, que fez abrir algumas fendas, mas que nos últimos tempos têm vindo a ser reparadas, tendendo o bloco a reconstruir-se na sua posição menosprezadora dos interesses dos deficientes.

Na reunião do Conselho Nacional de Reabilitação foi realçada uma realização, directamente coordenada pelo Secretariado Nacional de Reabilitação, totalmente conseguida. Trata-se do transporte especial para deficientes posto a funcionar na cidade de Lisboa. Esta iniciativa, recorde-se, esteve em tempos ameaçada, quando a Câmara Municipal de Lisboa, na altura coordenadora do grupo de trabalho, revelou um grande desinteresse. Na sequência disso, o Secretariado chamou a si a responsabilidade de coordenação deste trabalho e os resultados estão à vista. Isto deveria servir de exemplo para outras iniciativas que estão bloqueadas ou que se torna urgente desencadear.

Durante o ano de 1981, reconhece-se, o Secretariado Nacional de Reabilitação foi e muito absor-

vido pelas comemorações do Ano Internacional do Deficiente. Este facto ter-se-á reflectido nas actividades mais específicas do Secretariado. O próprio Conselho Nacional de Reabilitação tem sido prejudicado por esse facto. Note-se que o Secretário Nacional referiu, na reunião de 16 de Abril que, uma vez terminados as tarefas do AID, o Conselho iria funcionar normalmente, reunindo com regularidade. Espera-se que sim, já que o Conselho Nacional de Reabilitação, em que estão representados os Ministérios e Secretários de Estado interessados nos deficientes é a sede própria da máquina administrativa estatal no que se refere à reabilitação. Além disso, nesse órgão estão também representados os deficientes, os mais interessados na matéria, capazes, por conseguinte, de dar um contributo válido para se conseguir encontrar o encaminhamento mais adequado dos problemas.

DEVIDO AO BENEFÍCIO ABUSIVO POR TERCEIROS DE UM DIREITO DOS DEFICIENTES

PROCESSO DE AQUISIÇÃO E UTILIZAÇÃO DE VIATURA PRÓPRIA VAI SER REVISTO

A ADFA teve recentemente conhecimento de que o governo, através do Ministério das Finanças, se estava a preparar para aprovar legislação restritiva da compra e utilização da viatura própria por parte dos deficientes com 60% ou mais de incapacidade.

Esta intenção do governo terá nascido do abuso que se vem verificando

quanto ao benefício deste direito por parte de pessoas em nome dos deficientes. Terão sido detectados casos de aproveitamento fraudulento desta facilidade, legalmente concedida aos deficientes que dela realmente necessitam, por parte de terceiros, com convicção do próprio deficiente. Trata-se de uma situação absolutamente condenável e que justifica

uma intervenção enérgica por parte das entidades competentes. A ADFA apoia inteiramente essa intervenção, já que a mesma apenas salvaguardará os interesses dos deficientes.

Assim, segundo sabemos, irá funcionar em breve um grupo de trabalho no Secretariado Nacional de Reabilitação, com a participação das Associações de Deficientes, a fim de se rever a regulamentação da Lei n.º 11/78.

A nova legislação a publicar deverá não só garantir os mecanismos necessários e eficientes para obstar ao aproveitamento fraudulento deste direito dos deficientes, como deverá ainda prever pesadas sanções para quem prevaricar. Não deverá, contudo, limitar ou cercear o direito que os deficientes têm, e no caso de se justificar, de adquirir a sua viatura e livremente a utilizarem em seu proveito próprio.

Soubemos, entretanto, que as situações fraudulentas que se têm vindo a verificar têm tido lugar entre os deficientes civis, não tendo sido registados casos especiais entre os deficientes das Forças Armadas.

PROGRAMA DO ENCONTRO DE SÓCIOS EM VIANA DO CASTELO DOMINGO, DIA 20 DE JUNHO

Dias 18, 19 e 20 — Acampamento no Parque do INATEL ou da ORBITUR. Os sócios interessados devem inscrever-se na delegação do Porto.

DIA 20:

- 10 horas — Encontro de basquetebol em cadeira de rodas no Pavilhão Gimnodesportivo de viana do Castelo entre uma equipa da ADFA e outra do Centro de Reabilitação Vocacional do Porto.
- 11 horas — Futebol de salão entre sócios do Porto e de Viana do Castelo.
- 12 horas — Gincana em cadeira de rodas na Praça da República.
- 13 horas — Almoço-cóvio na mata do Cabedelo (Parque do INATEL). Cada sócio deverá levar o seu farnel.
- 15 horas — Comunicação da Direcção da Zona Norte aos sócios do Distrito de Viana do Castelo.
- 16 horas — Animação cultural (com música, poesia e canções) pelos sócios.

SÓCIOS DA ADFA TÊM ESPAÇO RESERVADO NO PARQUE DE CAMPISMO DE MONTE GORDO NO ALGARVE

Por autorização especial da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, a ADFA tem direito a manter dez tendas normais de campismo nos meses de Maio, Junho e Outubro e cinco nos meses de Julho, Agosto e Setembro no Parque de Campismo de Monte Gordo no Algarve.

Esta facilidade concedida aos deficientes das Forças Armadas vem já de anos anteriores e destina-se, em primeiro lugar, aos residentes fora do Algarve.

Os sócios interessados podem dirigir-se directamente à delegação da Associação em Faro (Rua de S. Pedro, n.º 30 — 8000 Faro).

O REFLUXO DO AID

RETARDADA ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS PARA DEFICIENTES

A coberto do Decreto-Lei n.º 43/82, de 8 de Fevereiro, foram estabelecidas alterações ao Regulamento Geral das Edificações Urbanas, no que concerne à eliminação de barreiras arquitectónicas na via pública e em habitações a construir e que visavam não só a melhor mobilidade dos deficientes, como, inclusive, uma mais perfeita inserção social.

Nestes termos, estabeleceu-se no n.º 1 do artigo 3.º do mesmo diploma legal que os projectos a apresentar nas entidades respectivas seriam aplicáveis decorrido o prazo de 60 dias após a sua publicação.

Entretanto, pelo Decreto-Lei n.º 204/82, de 22 de Maio de 1982, foi consignado que as alterações introduzidas no Regulamento Geral das Edificações Urbanas se aplicam aos projectos que dêem entrada nas instâncias competentes após o dia 31 de Março de 1983, o que vem, deste modo, retardar, mais uma vez, a satisfação de um direito que cabe aos deficientes, bem, como protelar, por mais uma vez, a eliminação de barreiras arquitectónicas, necessária à mobilidade do deficiente e à sua inserção social.

No dia 21 de Abril, a ADFA teve conhecimen-

to de que o Governo se preparava para prorrogar o prazo de aplicação do Decreto-Lei n.º 43/82. Teve igualmente conhecimento de que vários sectores ligados à construção civil se haviam movimentado no sentido de mostrarem o seu descontentamento perante as alterações previstas para os prédios a construir.

Mediante isso, a ADFA enviou um telegrama ao Primeiro-Ministro e aos Ministros ligados a esse assunto, nomeadamente ao Ministro da Defesa Nacional, Ministro de Estado e Qualidade de Vida (de quem depende o Secretariado Nacional de Reabilitação e Ministério da Habitação e Urbanismo. Nesse telegrama, que foi também enviado ao Secretário Nacional de Reabilitação, dizia-se o seguinte: «A ADFA teve conhecimento da intenção do Governo, por pressão de industriais da construção civil, de congelar a aplicação do Decreto-Lei n.º 43/82 sobre a abolição das barreiras arquitectónicas para deficientes. A ADFA manifesta grande preocupação e não pode aceitar que os interesses lucrativos particulares sejam sobrepostos aos direitos sociais dos deficientes».

Este telegrama da ADFA não obsteu à decisão do Governo, porque a mesma tinha já sido tomada, soubemos alguns dias depois.

Mais do que adiar a eliminação das barreiras arquitectónicas por um ano, esta decisão do Governo, na sequência das pressões que tiveram lugar, revela bem a falta de maturidade, senão responsabilidade do Estado perante a problemática dos deficientes. Assim, dá-se e tira-se, ou, pelo menos, promete-se e «des-

promete-se» com uma facilidade (diríamos melhor leviandade) como se por trás deste escrever e emendar nas páginas do «Diário da República» não estivessem problemas anseios, necessidades com uma dimensão humana igual ao direito à vida em igualdade de circunstâncias para todos os cidadãos — neste caso à habitação e à mobilidade.

Passa, certamente, despercebido à generalidade da população este dar e tirar, mas marca ainda mais a profunda revolta dos deficientes.

Foram poucas as medidas concretas adoptadas para os deficientes no âmbito das comemorações do Ano Internacional do Deficiente. Esta, a abolição das barreiras arquitectónicas, adoptada através do Decreto-Lei n.º 43/82, terá sido uma delas. Foi bem acolhida, como o demonstra a forma como a noticiámos na altura no «Elo». Menos ficam agora com a anulação do efeito deste decreto por um ano.

A forma apagada como o AID decorreu aqui está a dar os seus frutos. Uma sociedade não sensibilizada para os problemas dos deficientes gera, através dos seus mecanismos económicos (neste caso a indústria de construção civil), meios adversos à integração dos deficientes — formas de

pressão (por inacreditável que pareça) para limitar a já tão limitada acção do Poder.

Para terminar, fica-nos, agora a dúvida: esta prorrogação de um ano será mesmo só por um ano?

Até lá, ou seja, até ao final do ano, cabe aos deficientes, nomeadamente às suas organizações representativas, lutar para que esta prorrogação de um ano não passe a ser definitiva.

SÓCIO DA ADFA ABRE ESTAÇÃO DE SERVIÇO EM COIMBRA

Mais uma realização socio-profissional de um associado.

Os deficientes das Forças Armadas continuam a afirmar-se profissionalmente, pese embora as dificuldades com que diariamente se debatem a nível de reabilitação profissional e apoios oficiais. Desta feita, é com prazer que registamos que o sócio n.º 895, José Soles Girão, presidente da Direcção da Zona Centro, conseguiu levar a cabo a abertura e entrada em funcionamento de uma Estação de Serviço para automóveis ligeiros e pesados e ainda toda a gama de pneus e óleos, assim como todo o ramo de electrodomésticos, mais propriamente «TELEPNEUS, LDA.», em Ponte de Eiras, Adémia, à saída de Coimbra no sentido Norte, a cerca de 3 quilómetros do centro da cidade. Estão de parabéns todos os sócios da Zona Centro, que desde já ficam convidados a visitar e utilizar estas instalações.

NO 1.º DE MAIO

ADFA EXPRESSOU SOLIDARIEDADE COM OS TRABALHADORES

A ADFA enviou, no 1.º de Maio, dia internacional dos trabalhadores, uma mensagem às duas centrais sindicais (CG TP-Intersindical e UGT) de solidariedade na luta dos trabalhadores portugueses para atingirem os seus objectivos. Nesta mensagem, a ADFA exortava os trabalhadores a não vacilarem na sua luta, a uma organização cada vez mais eficiente e à unidade.

Foi exactamente a falta de unidade que mais foi realçado nestas comemorações do 1.º de Maio, já que, na sequência de uma falta de entendimen-

mento entre as duas centrais sindicais, a festa de este ano ficou assinalada com a morte de duas pessoas provocadas pela intervenção brutal da polícia.

A mensagem enviada às duas centrais sindicais, tanto uma como a outra constituídas por trabalhadores que aspiram à construção de uma sociedade mais justa, revela, com sinceridade, a ligação muito especial que a ADFA entende que deve existir entre a luta dos trabalhadores e a luta dos deficientes, porque, em muito, comum.

Eis o teor da mensagem enviada:

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas saúda todos os trabalhadores portugueses nesta jornada pela afirmação dos seus direitos.

Nesta sociedade que protege ainda os mais fortes e os seus privilégios, a luta dos trabalhadores é também a luta dos deficientes.

Para sairmos da marginalização social a que os deficientes continuam votados, é fundamental a força e determinação dos trabalhadores, porque só numa sociedade mais progressista e mais justa haverá lugar para todos na plena realização das suas potencialidades.

Exortamos, assim, os trabalhadores a não vacilarem na sua luta, a uma organização cada vez mais eficiente e à unidade para a consecução dos objectivos comuns, porque é nos trabalhadores portugueses que hoje, oito anos depois do 25 de Abril, residem muitas das esperanças então nascidas e ainda por concretizar.

ADFA COMEMOROU 8.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Conforme noticiado no último número do «Elo», e à semelhança dos outros anos, a ADFA participou este ano nas comemorações do 25 de Abril.

Assim, na sede da Associação, conforme anunciado, esteve patente ao público uma exposição documentadora da guerra colonial, sobretudo no que respeita às suas consequências em termos de mortos e feridos e tratando de outros temas como ADFA deficientes das Forças Armadas e a luta que tem vindo a ser desenvolvida para a sua integração social.

A exposição, que foi inaugurada no dia 24 de Abril, manteve-se aberta ao público durante uma semana.

Foi mais um aniversário passado e mais uma oportunidade de reflectir

sobre a esperança de uma vida melhor há oito anos nascida e hoje ainda por realizar.

Neste aniversário do 25 de Abril, como nos anteriores, a ADFA não pôde deixar de estar presente, com o mesmo espírito de sempre e que é o mesmo do próprio 25 de Abril — liberdade e justiça social.

Ainda no âmbito das comemorações a ADFA esteve presente no convívio dos militares, de que damos notícia no outro local deste número.

No dia 24 à noite e no dia 25, tal como vem sendo hábito em anos anteriores, as portas da sede da Associação mantiveram-se abertas, sendo elevado o número de pessoas que visitou a exposição e se demorou para

confraternizar, já que o bar se manteve sempre aberto. Durante todo o tempo, foi transmitida música com canções alusivas ao 25 de Abril, acompanhada de textos da Associação alusivos à luta dos deficientes das Forças Armadas.

LEVANTAMENTO DE DEFICIENTES NA ZONA SUL

Com a participação das diversas Associações de Deficientes, representadas em Évora, depois de reunidas com a Direcção Regional do Alentejo, da Secretaria de Estado do Emprego e com a Câmara Municipal de Évora, sob iniciativa desta, foi iniciado, neste Distrito, um levantamento dos Deficientes da Zona, com a finalidade de superar as dificuldades com que se debatem, especialmente no campo

assistencial, habitacional, de transportes, de emprego e de integração social.

É de salientar o empenho demonstrado por estas duas Entidades, que, suportando os encargos com o pessoal e material para a realização deste levantamento, pretendem contribuir activamente para a resolução dos problemas com que se debatem os Deficientes.

INSTALAÇÕES DA DELEGAÇÃO DE ÉVORA

Com a participação da C. M. de Évora, que já fez deslocar, à nossa Delegação, um Arquitecto e um Desenhador, vão ser realizadas obras para abolição de barreiras arquitectónicas e dignificação das instalações existentes.

O Governo Civil de Évora dotou a nossa secretaria de novas secretárias e armários, bem como providenciou à pintura de paredes e alcatifamento do chão.

ATRAVÉS DA DELEGAÇÃO DE COIMBRA

SÓCIOS PODEM ADQUIRIR EXTINTORES DE INCÊNDIO PARA AUTOMÓVEL

Irá sair dentro em breve, legislação sobre a obrigatoriedade de uso nas viaturas automóveis de extintor de incêndio.

Depois de contacto com uma firma fabricadora de extintores, a Delegação de Coimbra da ADFA vai possibilitar a todos os seus associados interessados a compra de extintores com redução de preço.

Pelo exposto, todos os camaradas que desejem adquirir extintores para o seu automóvel poderão fazê-lo nas nossas instalações onde temos modelos à escolha.

Todas as delegações da ADFA interessados poderão pedir orçamentos à Delegação de Coimbra a qual poderá fornecer-lhes a preços compensadores, para as mesmas poderem vender os extintores aos seus associados.

A FORÇA, A LUTA E O QUERER DE UMA DEFICIENTE

«ELO» ENTREVISTOU MARIA ALICE DE CARVALHO — TÉCNICA DE BRAILLE

Maria Alice de Carvalho, deficiente visual, estudante de Germânicas na Universidade do Porto, sócia da APD e Cegos Norte de Portugal. Quisemos ouvir o seu testemunho sobre o que foi a sua vida após o acidente que lhe provocou a deficiência, auscultar as suas opiniões sobre alguns dos problemas fundamentais que se colocam aos deficientes portugueses.

«ELO»: Quer você mesma fazer a sua apresentação?

M. A. C.: Sim. Nasci numa aldeia perto do Bombarral. Ceguei aos doze anos, por acidente. Neste momento estou a trabalhar no Porto, como técnica de Braille, no Internato de S. José, do Centro de Educação Especial do Porto (Organismo do Ministério dos Assuntos Sociais). O meu acidente foi em 1954. As estruturas do ensino na altura eram péssimas. Ainda havia escolas só para rapazes ou para raparigas. A única escola para raparigas cegas era em Lisboa — Escola António Feliciano de Castilho que tinha por título — Asilo-Escola. Tinha um ambiente extremamente fechado. Os métodos pedagógicamente errados. Aprendi Braille por um método bastante arcaico. Um processo manual. Nessa altura os cegos não faziam música e fazia-se a 4.ª classe. Os que tinham inclinação para a música podiam seguir o Conservatório e os que não tinham ficavam com a 4.ª classe e o seu destino era mendigar. Foi pois difícil. Para cúmulo a imprensa Braille poucos livros produzia. Muitos apontamentos que tínhamos eram feitos por nós próprios. Foi um período difícil, sobretudo atendendo à idade em que ceguei (12 anos), quando as deficientes são mais difíceis de aceitar. Mesmo no aspecto cirúrgico os processos eram bastante recuados. Ainda fui à Clínica Barraquer sem resultados. Como nada havia a fazer restava-me, a mim e à minha família, aceitar a deficiência e estudar. Estudar o quê? A música não me atraía e sempre que me recordava que tinha que solfejar em Braille, doía-me o estômago. Lia devagarinho. Não ti-

nha a percepção táctil desenvolvida. Foi extremamente difícil. Até que a Direcção da Escola, que na altura era constituída por uns «velhinhos do Restelo», forçada por um senhor cego, chamado Dr. Medina, conseguiu implantar o ensino liceal naquela Escola. Eu e mais meia dúzia de raparigas pedimos então à Direcção que nos possibilitasse continuarmos a estudar. Foi assim que a Escola arranhou os professores necessários e, com muito esforço, iniciámos o 1.º Ciclo. Tínhamos que transcrever livros para Braille. Pedimos gravações a amigos e não tínhamos quaisquer apoios do Ministério da Educação Nacional. Ao contrário! Tínhamos que ter uma licença especial para ir fazer os exames ao Liceu. Assim fiz o meu 2.º ano no Liceu Gil Vicente com todas as dificuldades que resultavam do facto de termos de entrar para a sala meia-hora antes do início do ponto, para fazermos a transição do mesmo para Braille e resolvê-lo logo de seguida. Foi ainda com muita dificuldade, pedidos de toda a espécie, e um pouco de incentivo de uma senhora que fazia parte da Direcção, a qual tinha sido companheira do Dr. Medina na Faculdade, que fizemos o 5.º ano liceal. Na altura tinha 18-19 anos e restava-me encontrar outra alternativa para continuar a estudar. Fui viver para casa de uma irmã em Lisboa, onde, com explicações particulares e o apoio da Liga de Cegos João de Deus, consegui fazer o 7.º ano apesar das dificuldades económicas. O meu desejo era de seguir para a Faculdade mas as dificuldades económicas constituíam uma barreira difícil de suplantar. As estruturas eram muito retrógradas sobretudo na vida fora da Escola, havendo lacunas na nossa educação, embora, academicamente, estivessemos preparadas. Não tínhamos o senso prático das coisas tal como a mobilidade, conhecimento das tarefas da vida diária. Conhecíamos processos muito antiquados, pelo que resolvi inscrever-me num Curso de Reabilitação do Centro de Nossa Senhora dos

Anjos. Fiz ali um estágio de três meses durante o qual aprendi a utilizar a bengala, manusear algumas maquinetas e a ter uma outra dimensão dos problemas dos deficientes. Quando acabei o estágio, em 1965, fui convidada para um Centro que entretanto se abriu na Granja — Vila Nova de Gaia — para cegos adultos. Ali permaneci três anos ensinando Braille. Mas o Centro estava em regime de instalação. Houve uma reestruturação a nível de Ministério e foi tudo centralizado em Lisboa. Tive um convite para ir ensinar para o Instituto de Assistência aos Menores (I. A. M.). Entretanto abriu um Internato — S. José, no Porto — onde ingressei e exerço funções actualmente. Fiz um estágio de especialização em Lisboa, durante dois anos, tendo sido classificada como técnica de Braille. Apesar de tudo e de todas as dificuldades que consegui superar não me sinto totalmente satisfeita, já que ainda não me foi possível completar o Curso de Germânicas que pretendo tirar. Já fiz o 1.º e 2.º Ano da Faculdade mas a falta de apoios oficiais não me permitiram concluir.

«ELO»: Os deficientes foram ferozmente marginalizados antes do 25 de Abril. Os cegos foram dos que mais sofreram com essa marginalização que ainda se reflecte nos dias de hoje. Quer especificar ainda mais essa segregação de que os cegos foram vítimas?

M. A. C.: De facto, muitos cegos ainda hoje não conseguiram superar os seus problemas, devido, sobretudo, a razões de ordem económica. A maior parte provém dos estratos mais baixos da população não tendo possibilidade de custear as despesas com a transcrição de livros, compra de material, etc. Na altura em que estudei, cada livro chegava-me a custar 3 a 4 mil escudos. No campo académico os problemas resultavam da dificuldade de acesso ao material didáctico. No campo profissional sempre que os colocadores tinham um indivíduo reabilitado para empregar dirigiam-se às empresas e eram recebidos pelos empresários e seus representantes com horror.

Lembro-me, por exemplo, de um colocador que em Águeda quando pretendia empregar um cego o empresário lhe disse que aceitava o ceguinho mas só com os olhos postos em Deus e as mãos na caridade, e apenas por um dia». O cego foi fazer o estágio na fábrica e lá ficou e hoje aquele empresário tem ao seu serviço bastantes cegos. A partida as pessoas não acreditavam nas capacidades dos deficientes visuais e só depois de observarem a forma como trabalhavam acreditavam neles.

«ELO»: Acha que 8 anos após o 25 de Abril a situação ainda se mantém?

M. A. C.: Ao nível das estruturas não. Acho que há uma grande preocupação. Pelo menos tentativa de resolução dos problemas. Na prática, no entanto, as dificuldades são ainda bastantes. Devido à actual crise de emprego há cegos que têm de esperar 4 ou 5 anos antes de conseguirem um emprego. Importa criar estruturas e embora não tenhamos opinião favorável quanto às Oficinas protegidas penso que seria uma alternativa capaz de solucionar a questão. Os adolescentes que este ano vão sair da minha escola terão que ir para essa porque não existe qualquer entidade que os receba.

«ELO»: Quería que se refe-

risse a uma questão que tem sido polémica: a Educação e o Ensino Especial.

M. A. C.: A grande problemática da educação e do Ensino Especial resulta da grande viragem que actualmente se está a operar não só em Portugal como a nível internacional que consiste na necessidade de integrar a criança deficiente, o mais cedo possível, na família, na escola, no seu meio social. A escola antiga era demasiado fechada. Só era permitida uma visita ao domingo, não se podia receber telefonemas, etc. Hoje a escola abriu-se e tenta acompanhar os métodos pedagógicos mais evoluídos. O que acontece é que a grande tendência vem no sentido de integrar a criança deficiente na escola regular. Tenho, no entanto, uma certa dúvida quanto à integração das crianças cegas totais devido ao facto de terem matérias muito específicas a aprender: Braille, técnicas de mobilidade e outras tarefas. Muitas das nossas escolas do ensino regular não têm sequer condições para as crianças ditas normais, pelo que reconheço dever existir um estabelecimento totalmente aberto onde a criança deficiente visual possa fazer a sua aprendizagem.

«ELO»: 1981 foi o Ano Internacional do Deficiente. Qual lhe parece ter sido o resultado?

M. A. C.: No meu ponto de vista idealista acho que não deveriam existir anos Internacionais porque eles, em si mesmos pressupõem a existência de injustiças sociais. Considero que foi um ano que se passou. Foi um ano que foi visto pelos deficientes com muita esperança e pelas autoridades oficiais apenas um ano de interesse simbólico. Não houve na realidade, uma vontade política de resolver os problemas dos deficientes. Não houve qualquer mudança a não ser uma mudança verbal. Por exemplo a nível de órgãos de informação. No aspecto prático nada se modificou. Em muitos casos houve retrocesso sobretudo na prevenção. Na política de saúde introduzida este ano ela vai produzir mais deficientes. O aspecto das pessoas se alimentarem pior vai também originar mais deficientes. Por isso eu não considero que o Ano Internacional do Deficiente trouxesse algo de bom para os deficientes.

Tudo o que se fez foi simbólico, folclórico. No aspecto associativo eu acompanhei algumas realizações. Julgo que se tentou com alguma boa vontade esclarecer as pessoas em alguns aspectos. A nível de sensibilização não considero que houvesse grande viragem, grande alteração da sociedade em relação aos deficientes. Por outro lado a unidade dos deficientes não foi muito bem conseguida. A nível da APD, por exemplo, quando se estava a começar a fazer qualquer coisa as pessoas desligaram-se, demitiram-se e agora estagna-se. Não houve continuidade. As pessoas sentem as dificuldades, sentem que têm muitas restrições mas não têm aquela força, aquela capacidade reivindicativa para exigir aquilo a que têm direito. E julgo que o AID foi sentido um bocadinho como ano de festividade e não reivindicativo. Ora eu acho que este era um ano para se reivindicar, para se exigir, para bater o pé e dizer: «nós estamos aqui e temos direito aquilo a que as outras pessoas têm direito». Isso não aconteceu e acho que vamos sentir isso por muitos anos. Foi uma oportunidade que julgo que perdemos. Por outro lado os Órgãos

de Comunicação Social também não foram receptivos. Na televisão não foi dada a relevância que o assunto merecia. Mas as associações tiveram também culpa pois parece que não foram capazes de apresentar trabalho e desmascarar aqueles programas. Concretamente o «Novos Horizontes» que vinha com a fantochada de apresentar um mundo bonito que não é a realidade do nosso País. Nenhum programa dos «Novos horizontes» teve a coragem de apresentar o estado miserável em que alguns deficientes vivem, mas preocupou-se em apresentar o caso de um senhor deficiente que, mercê de condições especiais, teve a oportunidade de singrar na vida. Apresentava-se um menino que está muito bem inserido na escola e que consegue aprender muito bem inglês, um deficiente que consegue fazer coisas muito bonitas mas não apresenta, por exemplo, um menino que vive todo o dia encerrado numa casota enquanto o pai tem que ir trabalhar para ganhar o pão para ambos. Esse e muitos outros que vivem mendigando pelas ruas dessas nossas cidades. Disso nunca houve preocupação! Houve sim a preocupação de apresentar o belo, ou o pseudo-belo e nunca a preocupação de mostrar quais são as verdadeiras carências dos deficientes da nossa terra. Daí a minha visão pessimista sobre o AID: não se fez absolutamente nada que viesse ao encontro das verdadeiras necessidades dos deficientes.

«ELO»: A ausência de um movimento forte e coeso não terá contribuído para que isso tenha sucedido?

M. A. C.: Pois acho que sim! Sem dúvida nenhuma! Penso que esta coesão associativa tem muita relação com a própria educação dos deficientes. Eles nunca foram chamados a empenhar-se em nada. Ainda não se aperceberam talvez que os problemas têm que ser postos por eles e resolvidos por eles. O deficiente em Portugal está habituado a esperar, logo é muito difícil

ter capacidade de associação, de reunião e de diálogo e isso torna-os automaticamente desmobilizados. Vejo isso, por exemplo, a nível dos cegos que vêm na Associação uma espécie de «gueto» onde se refugiam e se encontram por não se sentirem integrados no resto da sociedade. Acomodam-se e assim continuam sempre a ser as mesmas pessoas que os dirigem. Os beneméritos, os benfeitores tomam conta dos deficientes. Isso é que os deficientes não deviam permitir. No campo dos deficientes visuais o principal problema é a falta de confiança em si próprios. O que eu acho importante é que os deficientes tenham mesmo consciência dos seus problemas não permitindo que sejam indivíduos que estão fora dos problemas a decidirem por eles, e tomarem as Direcções das Associações. Isto é o que eu acho que é essencial. Devem ser eles a intervir junto das entidades governamentais para que os seus problemas sejam solucionados, de acordo com as suas necessidades e interesses, e não consoante os interesses de outras forças que até nem têm nada a ver com aquilo que no fundo, os deficientes precisam.

«ELO»: Acha que valeu a pena o esforço que fez para se integrar socialmente?

M. A. C.: Não tenho problema nem a nível profissional nem a nível familiar. Tenho apenas o problema de o meu curso, neste momento aqui em Portugal, ainda não ser oficialmente reconhecido. Isto apesar das lutas que nós, técnicos de Braille, travamos para que nos reconheçam e definam. O Ensino Especial encontra-se repartido por diversos ministérios o que ainda nos dificulta mais na nossa acção porque temos de lutar em várias frentes. No aspecto académico acho que ainda tenho muita coisa a fazer. Tenho que recorrer às Bibliotecas estrangeiras (Inglesas e Alemãs). Apesar de tudo acho que não sou dos deficientes mais desfavorecidos da nossa terra.

FORAM ACTUALIZADAS AS PRESTAÇÕES FAMILIARES DO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

A revisão anual das prestações familiares do âmbito da Segurança Social, que já vem sendo um hábito, vem agora consignar novo aumento através do Decreto Regulamentar n.º 25/82, de 5 de Maio, publicado no Diário da República I.ª Série, n.º 103, de 5 de Maio de 1982.

Assim, os valores das prestações pecuniárias fixadas no Decreto Regulamentar n.º 26/81, de 12 de Junho, são alterados e passam, desta forma, a ter os seguintes valores:

1 — O abono de família é atribuído nos montantes mensais seguintes:

A) 1 descendente — 450\$
B) 2 descendentes — 900\$
C) 3 descendentes — 1420\$
d) Por cada descendente a mais, 600\$

2 — O montante mensal do abono de família relativamente ao 4.º descendente e seguintes, será, porém, de 800\$, tratando-se de agregados familiares cujos rendimentos ilíquidos mensais sejam inferiores a uma vez e meia a remuneração garantida à generalidade dos trabalhadores.

3 — O abono complementar a crianças e jovens deficientes é atribuído nos montantes mensais e dentro dos limites de idade seguintes:

- a) 800\$ — até aos 4 anos de idade;
- b) 1200\$ — até aos 18 anos de idade;
- c) 1600\$ — até aos 24 anos de idade.

4 — O montante do subsídio de nascimento é de 5500\$.

5 — O quantitativo mensal do subsídio de aleitação é de 1080\$.

6 — O montante do subsídio de casamento é de 4800\$.

7 — O montante do subsídio de funeral é de 6500\$.

Embora haja uma subida substancial dos valores reais das prestações familiares, ainda não são estes subsídios que enquadram a realidade do valor do nível de vida, continuando a deixar muitos milhares de cidadãos numa situação deveras conflitual, como impossível de os deixar compartimentar as suas necessidades, em conformidade com o custo de vida que se verifica.

CRÉDITO À HABITAÇÃO

ESTABELECIDOS OS LIMITES MÁXIMOS DE EMPRÉSTIMO PARA 1982 NA MODALIDADE CRÉDITO-POUPANÇA

O novo sistema de empréstimo crédito-poupança, obedece ao limite inferior de 280.000\$00 e por limite superior o valor de 1.500.000\$00 e subdivide-se nos escalões de rendimento anual bruto dos agregados familiares, da seguinte forma:

Escalões de rendimento anual bruto dos agregados familiares (em contos)	Limite máximo de empréstimos	Saldo dos depósitos
De 280 até 350	1600	6/12 do rendimento anual bruto
De 350 até 450	2000	6/12 do rendimento anual bruto
De 450 até 600	2750	9/12 do rendimento anual bruto
De 600 até 1000	3500	9/12 do rendimento anual bruto
De 1000 até 1500	4000	9/12 do rendimento anual bruto

Correspondentemente aos valores acima definidos, estabelece-se os valores máximos dos empréstimos por metro quadrado da área coberta (em contos):

Valores máximos dos empréstimos por metro quadrado de área coberta (em contos) 26, 30, 30, 32.

Estes valores publicados no Diário da República I.ª Série, n.º 31, de 6/2/82, através da Portaria n.º 167/82, de 6 de Fevereiro, estabelecem não só os limites máximos dos empréstimos tendo em conta os escalões de rendimento dos agregados familiares, como o valor dos empréstimos por metro quadrado, também tendo em conta os rendimentos dos agregados familiares.

Para 1982, a percentagem do duodécimo do rendimento anual bruto do agregado familiar será de 25% para depósito inicial.

ENCONTRO DE DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

REUNIÃO DE TRABALHO E CONVÍVIO EM LORDELO/PAREDES

De algum tempo a esta parte, sócios do Concelho de Paredes e Paços de Ferreira, vêm diligenciando junto dos responsáveis pela Zona Norte, no sentido de se encontrar uma forma orga-

nizativa que permita uma melhor vivência associativa, uma maior atenção aos problemas que cada dia se lhes põem e uma maior facilidade no seu tratamento. Sensibilizados para es-

tas questões, sócios destes concelhos e dirigentes da Zona Norte culminaram com uma reunião no dia 17 de Abril em Lordelo, os contactos anteriormente havidos.

Este encontro iniciou-se com uma reunião de trabalho em que os sócios locais se manifestaram pela criação de uma estrutura na área destes dois concelhos (núcleo) tendo sido acordado que, a ser criada, ela deverá ter a sua sede em Lordelo. Um sócio ofereceu instalações provisórias onde poderão reunir e guardar o material de informação. Delegaram em três dos sócios presentes a responsabilidade da manutenção dos contactos futuros e do encaminhamento dos assuntos que lhes dizem respeito.

Seguiu-se um almoço de confraternização e, de tarde, um encontro de futebol de salão entre a equipa representante da Delegação e uma equipa constituída com sócios dos dois concelhos.

Em todas estas manifestações de convivência se evidenciou o alto espírito associativo dos presentes e a sua grande confiança na Associação dos Deficientes das Forças Armadas e seu futuro.

ESTABELECIDAS MEDIDAS INCENTIVADORAS AO EMPREGO DE DEFICIENTES

Ao revogar o Despacho Normativo n.º 218/80, de 24 de Julho, as medidas concernentes e incentivadoras ao emprego de deficientes, ficaram as mesmas definidas pelo Despacho Normativo n.º 52/82, de 26 de Abril, publicado no Diário da República I.ª Série, n.º 96, de 26/4/82, que estabelece diversas alterações nomeadamente as que concernem os montantes e a natureza dos apoios financeiros a conceder.

Como se referiu, através do último diploma citado, foram estabelecidas as normas a vigorar no que respeita ao emprego de deficientes, designadamente a instalação de pessoas deficientes que pretendam exercer por conta própria uma actividade remunerada; compensando as empresas ou outras entidades que admitam deficientes em regime de adaptação ou de readaptação pelo trabalho; adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitectónicas em empresas que admitam deficientes.

A concessão de apoio para instalação profissional por conta própria destina-se a cobrir as despesas com a instalação da pessoa deficiente, em especial para aquisição de equipamentos, adaptação de instalações ou pagamento de preço do tres-

passo directo do estabelecimento.

A pessoa deficiente, para beneficiar de apoio à instalação, deve estar inscrita nos serviços competentes do Instituto de Emprego e Formação Profissional; ter capacidade de trabalho compatível com a actividade a desenvolver; não resultar perigo para a sua saúde; não exercer outra actividade profissional, quer por conta própria, quer por conta de outrem; não dispôr de recursos suficientes que lhe permitam fazer face às despesas decorrentes da sua instalação profissional e, finalmente, ter a necessária idoneidade e tratar-se de uma actividade viável.

As importâncias dispendidas com o apoio ao emprego de deficientes, serão sempre reembolsadas no prazo máximo de 15 anos, podendo ser concedido um prazo de mais dois anos para início do reembolso, sendo extinta esta obrigação quando o deficiente cessar a sua actividade profissional ou aquando do seu falecimento.

Os interessados deverão dirigir os pedidos de apoio aos centros coordenadores do Instituto de Emprego e Formação Profissional ou, transitivamente, aos serviços sobre a alçada do Secretário de Estado do Emprego.

EM 8 DE MAIO

REALIZADO PLENÁRIO DA DELEGAÇÃO DE COIMBRA

Realizou-se no passado dia 8 de Maio, nas instalações da Delegação de Coimbra, um plenário de Delegação cujo ponto principal da ordem de trabalhos era a discussão e aprovação do relatório de contas e actividade referente ao ano de 1981.

Estiveram presentes 70 associados, aos quais foram dadas informações gerais sobre a vida associativa e legislação.

Da parte da tarde realizou-se num restaurante da cidade um almoço convívio entre associados e familiares.



Um aspecto do convívio em Parede

DIÁLOGO COM UM DEFICIENTE DA 1.ª GRANDE GUERRA

Os deficientes resultantes da I Grande Guerra, também designados por «Inválidos de Guerra», chegaram ao 25 de Abril de 1974 numa situação de total abandono e miséria.

Eles, tal como nós os deficientes das Forças Armadas, também tiveram, a quando da sua época, o regime legal que lhes garantia indemnizações e condições que lhes possibilitaram uma vida condigna.

No entanto, a falta de uma organização capaz de defender os seus direitos, dotada da força e firmeza para reivindicar os mais elementares direitos e aspirações, fez com que os governos da ditadura vigente os fossem sucessivamente relegando para o esquecimento e ostracismo.

Um dos homens sobreviventes desses tempos de abandono relatou-nos a sua experiência. Chama-se Lúcio Martelo, completa 90 anos no próximo dia 2 de Agosto, é sócio da ADFA e viveu os tempos de amargura de vida difícil, arrastando o peso de ser um «Inválido de Guerra».

«ELO» — Sr. Lúcio Martelo, quando foi o seu acidente?

LM — Foi a 26 de Março de 1918, em França, na estrada de Lavoisec. Tinha estado nas primeiras linhas de batalha mas por in-

fluência da minha madrinha de guerra consegui ser afastado para as terceiras linhas, muito próximo do Quartel General. Eu começara a vida militar como soldado mas na altura em que fui ferido já era sargento. Estava em Levandy quando fomos obrigados pelos Alemães a irmos para Laborgue. Foi então, na estrada de Lavoisec para Laborgue que fiquei ferido por estilhaços de uma granada de uma bateria alemã. Fui evacuado para o hospital de Merville. A 31 de Maio, devido aos sucessivos ataques, fui evacuado para o hospital inglês em Vermoi. Lá estive uns meses antes de ser levado para um hospital português. Fui operado duas vezes e fiquei com a desvalorização de 20%.

«ELO» — Para onde foi quando regressou a Portugal?

L. M. — Fomos (eu e outros camaradas feridos) para a Casa Pia de Lisboa. Depois fomos transferidos para o Hospital de Reeducação dos Inválidos da Guerra. Já tinha dois filhos nessa altura. Em 1920 saí e consegui emprego nos Correios. Tinha de reforma 2\$50. Em 1935 tive que pedir e exoneração pois não podia acumular o salário com a pensão. Pasei a viver dos 600\$00 que recebia e de alguns «biscatos» que ia arranjanço.

«ELO» — Na altura em que veio evacuado havia alguma Organização que lutasse pelos interesses dos

deficientes, dos «Inválidos»?

L. M. — Havia uma Organização — a União dos Inválidos de Guerra — de que fui sócio mas ela não conseguiu defender-nos. Inclusive poucos anos durou.

«ELO» — Acha que se a União dos Inválidos de Guerra tivesse assumido a defesa dos deficientes teriam chegado ao 25 de Abril de 1974 em tão precárias condições?

L. M. — Acho que não. Se a União tivesse tido o espírito e a força da nossa ADFA não nos tinham posto na situação a que chegámos antes do 25 de Abril de 74. Porque nisto, como noutras coisas, quem teima sempre alcança...

«ELO» — Sr. Lúcio Martelo para terminar esta nosa conversa deseja acrescentar mais alguma coisa?

L. M. — Queria dizer que estou muito grato pela maneira como tenho sido recebido pela ADFA. Faço votos para que as nossas justas reivindicações sejam satisfeitas bem como as aspirações de todos os deficientes. Todos trabalhamos para uma maior satisfação social, deficientes ou não-deficientes, e todos temos direito a uma vida digna sobretudo quando já não podemos trabalhar. E obrigado também por esta oportunidade que me deram de poder participar, com o relato da minha experiência, nesta edição do nosso Jornal ELO.

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE DO «ELO» ÓRGÃO CENTRAL DA A. D. F. A.

NOME

MORADA

LOCALIDADE

CÓDIGO POSTAL

Para o que junto envio a quantia:

PORTUGAL

ASSINATURA ANUAL 200\$00

ASSINATURA SEMESTRAL 100\$00

ESTRANGEIRO

ASSINATURA ANUAL 400\$00

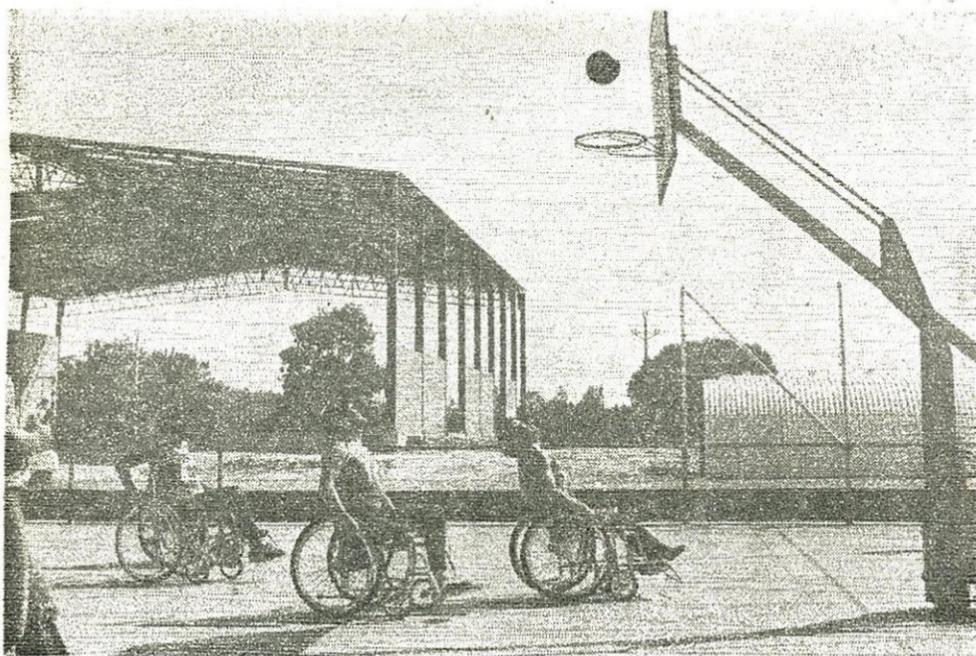
ASSINATURA SEMESTRAL 200\$00

Assinale no respectivo quadrado com um X o que lhe interessa

A verba correspondente pode ser enviada em Cheque ou Vale de Correio

Recorte e envie à

Redacção do «ELO»
Palácio da Independência
Largo de S. Domingos
1194 Lisboa Codex



Durante o jogo de basquetebol



Io Apoloni durante a sua actuação

CONVÍVIO NACIONAL COM CENTENAS DE

(Continuação da 1.ª pág.)

Coruche até ao almoço que decorreu da melhor maneira.

Na parte desportiva, de manhã, contou-se com a presença do grupo desportivo a «Joanita», que realizou com a equipa da ADFA um jogo de basquetebol em cadeira de rodas. O jogo de futebol de salão realizou-se entre as equipas da ADFA da delegação do Porto e uma equipa do grupo desportivo «OCoruchense», com a vitória deste. Ainda na vinda teve lugar a prevista gincaça em cadeiras de rodas e a prova de atletismo de crianças. É de realçar a presença de bastantes população nestas provas, dentro, aliás, da receptividade geral manifestada pela população de Coruche a esta iniciativa da ADFA. Na lagoa do Parque Na-

tural de Coruche realizou-se um concurso de pesca que foi também ganho pelo «Coruchense».

A seguir ao almoço, que teve lugar por volta das 14 horas, realizou-se o previsto espectáculo de variedades, em que participou a conhecida cantora Io Polini, que, a par da sua actuação, dirigiu aos presentes algumas palavras de apreço pela luta dos deficientes, comparando-a a outras, como a luta das mulheres, de que ela é conhecida entusiasta.

Neste espectáculo de variedades, que se prolongou por toda a tarde, participaram dois ranchos folclóricos e um grupo de música popular. Foi exactamente esse cariz popular que o espectáculo teve, ilustrado, essencialmente, pelo Grupo

Cantaril, com canções e músicas tradicionais recolhidas por estudiosos entre as populações, especialmente da Beira.

Os dois ranchos folclóricos são de Coruche, o rancho do Bairro da Areia e o rancho infantil de Erra.

Houve ainda a actuação do sócio Pina, com canções, declamação de poesia por Ângelo Teixeira, um grande e antiga colaborador da Associação e ainda actuação de outros associados.

No convívio estiveram representadas algumas Associações de deficientes. O Secretário Nacional de Reabilitação, que havia sido convidado fez-se representar por um elemento do Secretariado. Estiveram ainda presentes representações da Câmara Municipal de

Coruche, Junta de Freguesia de Coruche, Santa Casa da Misericórdia e Bombeiros Voluntários.

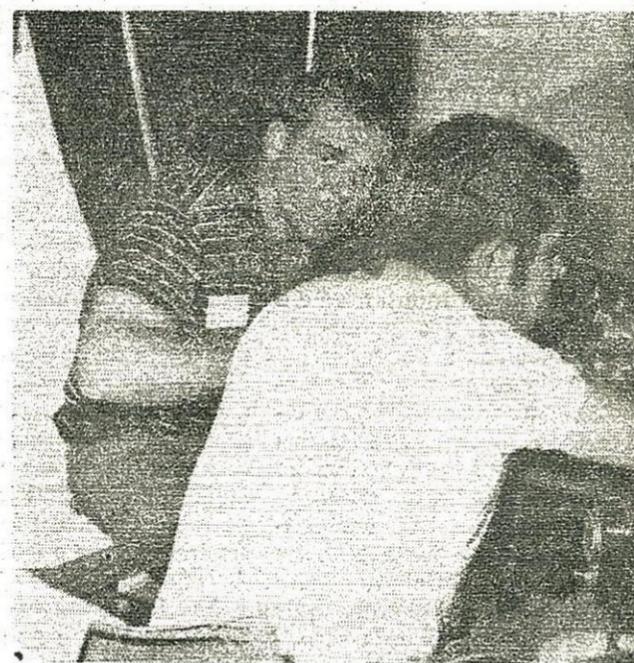
Paralelamente às actividades já descritas, decorreu uma outra que viria a prolongar-se por alguns dias depois ainda do dia 15 de Maio. Tratou-se do concurso de rádio-amadores, em que se estabeleceram cerca de 700 contactos e do concurso da Banda do Cidadão propósito das comemorações do Ano Internacional do Deficiente, «tivemos u mano, queremos dão, em que houve mais de 1000 concorrentes com cerca de 60 estações-chave a funcionar no continente e da Madeira.

Neste momento estão ainda a ser recebidas as folhas «log» comprovativas dos contactos estabelecidos com as esta-

ções-chave. Oportunamente será comunicado a todos os participantes a data de entrega de prémios, que será inserida

num convívio a realizar na sede da ADFA.

Este programa de rádio teve características essencialmente dinamizadoras.



Aspecto da estação de rádio-amador

SUPLEMENTO POR COMISSÃO DE SERVIÇO MILITAR PODERÁ SER INTEGRADO NAS PENSÕES DOS DFA

Aos militares do quadro permanente é abonado, nos termos do Decreto-Lei n.º 251-A/78, de 24 de Agosto, o suplemento por comissão de serviço militar, que também é atribuído aos militares do mesmo quadro na situação de reserva.

Sendo este subsídio considerado como remuneração mensal, é o mesmo, nos termos da lei, incluso nos vencimentos base dos militares e, consequente-

mente, parte integrante nos cálculos de pensões, sendo aquele automaticamente actualizado sempre que haja actualizações dos vencimentos base dos militares.

Por justiça, direito e analogia de situações, a ADFA, depois de ouvir a opinião jurídica do seu causídico, decidiu elaborar um requerimento dirigido à Caixa Geral de Aposentações, conforme foi noticiado no último jornal «ELO», no sentido de alertar e solicitar a integração nos cálculos das pensões de invalidez dos DFA do suplemento por comissão de serviço militar.

Assim, na sequência do referido pedido formulado, a ADFA foi informada que o assunto se encontra em fase de análise jurídica, sendo a Associação oportunamente informada das conclusões a que aquela entidade tiver chegado.

Espera-se, assim, que a Caixa Geral de Aposentações venha a considerar

em breve que os deficientes das Forças Armadas abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/76, ou seja, cujas deficiências foram consideradas em campanha, têm direito à integração do referido suplemento nas suas pensões.

PROMOVIDO PELA DELEGAÇÃO DE COIMBRA, EM 6 DE JUNHO

VII CONCURSO DE PESCA DESPORTIVA

No próximo dia 6 de Junho iremos realizar o 8.º Concurso de pesca desportiva, como habitualmente, a disputar na Figueira da Foz no local denominado, «OS BARRACÕES». Com o objectivo de serem conseguidos os objectivos a que nos propomos, convidamos todos os camaradas amantes de tão salutar modalidade a estarem presentes.

Já foram enviados às delegações, sedes de zona, os respectivos regulamentos e folhas de inscrição.

A prova inicia-se às 9 horas e termina às 14-15 h.

REVISÃO

(Continuação da 1.ª pág.)

nitivamente andamento elaboração das medidas legislativas que com maior justiça a ADFA vem reclamando.

Efectivamente, não consegue compreender esta atitude do Ministério da Defesa, ao afastar-se de

DIRECÇÃO CENTRAL REUNIU COM DIRECÇÃO DA ZONA CENTRO

A Direcção Central da ADFA deslocou-se a Coimbra no passado dia 22 de Maio, onde realizou uma reunião de trabalho com a Direcção da Zona Centro.

Depois de ultrapassados os problemas surgidos com a Zona Centro, nomeadamente através da deliberação da Assembleia Geral

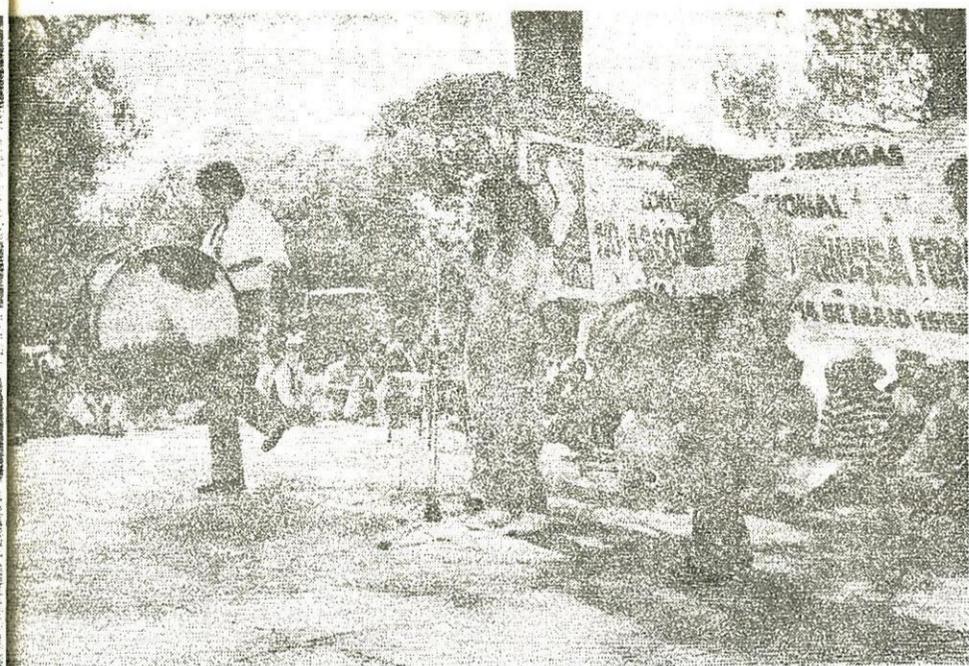
Nacional de 3 de Abril, torna-se agora necessário encontrar formas funcionais de articulação entre os órgãos de Zona e os órgãos centrais para um melhor e mais produtivo desenvolvimento da Associação ao serviço dos sócios. Foi esse, exactamente, o objectivo desta reunião.

Assim, foram tratados as-

suntos de carácter associativo de maior interesse actual, desde a situação sobre a alteração de legislação até ao funcionamento dos serviços internos da Associação, sobretudo no que respeita ao apoio directo aos sócios (Departamento de Reabilitação e Apoio Social) e a dinamização dos

mesmos para uma cada vez maior participação associativa (Departamento de Cultura, Dinamização e Desporto). Foram ainda tratadas questões específicas e de natureza legislativa a desenvolver no âmbito das delegações de Coimbra e Viseu dentro da actividade da Associação.

LÊ ASSINA DIVULGA



O grupo cantantil durante a sua actuação



A actuação do rancho folclórico juvenil

SÓCIOS NO 8.º ANIVERSÁRIO DA ADFA

...ras, já que estiveram mobilizadas em todo o país mais de 2000 pessoas que tiveram que pronunciar a frase, a

uma vida», ao mesmo tempo que se dizia, também, «1.º contexto da ADFA».

Aproveita-se aqui para agradecer aos rádio-amadores da zona de Coruche que, com os rádio-amadores sócios da ADFA, montaram a estação especial (CT5 DFA). Agradece-se também a todas as estações que se ofereceram para fazer de estação-chave.

Para que todas as actividades do âmbito deste convívio tivessem sido possíveis, contou-se, desde o início, com o apoio de diversas entidades de Coruche. Assim, a Câmara Municipal de Coruche deu um apoio muito importante, mesmo fundamental, no início, surgindo, apenas no final, algumas dificuldades de carácter funcional. Foi

também importante a colaboração da Câmara Municipal de Benavente.

Especial apoio foi recebido da Junta de Freguesia de Coruche que, além de oferecer vários prémios para as provas desportivas, contribuiu ainda com um subsídio de 5000\$00 em dinheiro.

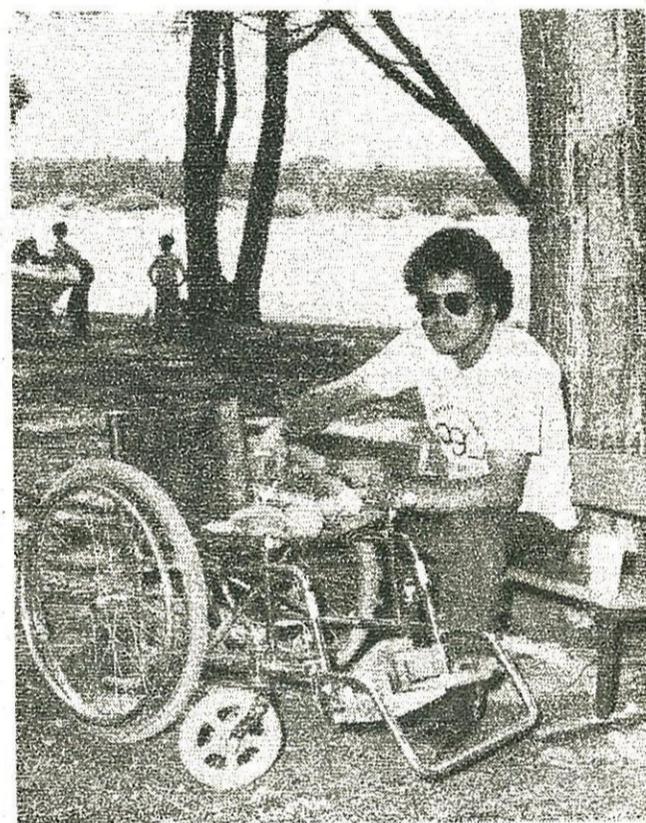
A Santa Casa da Misericórdia contribuiu com o melhor apoio, colocando, nomeadamente, uma carrinha à disposição por vários dias.

Há ainda a registar o apoio sempre pronto dos Bombeiros Voluntários.

Da população em geral a Associação recebeu o melhor acolhimento, ficando muitas pessoas motivadas para outras realizações deste tipo a levar a cabo pela ADFA. A este propósito, a Câ-

mara de Coruche convidou a ADFA para se integrar em futuras iniciativas a realizar na vila, nomeadamente aquando das festas anuais.

Para terminar, há a referir que este convívio da Associação foi possível, na forma perfeita como foi organizado, graças ao esforço e empenhamento do grupo de sócios que foi encarregado das diversas tarefas. Durante vários dias, em plena «campanha», este grupo, não obstante a falta de meios e todo o tipo de dificuldades próprias de uma primeira experiência, conseguiu garantir as condições necessárias para que os sócios e seus familiares pudessem usufruir de um dia agradável e simultaneamente de elevado interesse associativo.



Durante o convívio

DA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFICIENTES DAS F. A.

processo em cuja iniciativa participou directa e activamente.

Espera-se, assim, que o Ministro da Defesa receba em breve a Direcção da ADFA e que esta situação seja definitivamente esclarecida, já que o Ministério da Defesa não pode, de forma alguma, pôr-se à margem do processo de elaboração de novas medidas legislativas para os deficientes das Forças Armadas, porque é a ele próprio, Ministério da Defesa, que está cometido a responsabilidade sobre a legislação dos deficientes militares.

Depois do Ministério da Defesa se ter retirado do grupo de trabalho, a Direcção da ADFA comunicou ao Secretariado Nacional de Reabilitação que não aceitava manter-se nesta iniciativa sem o Ministério da Defesa, parte imprescindível deste processo. Apesar disso, o Secretariado decidiu prosseguir nesta

iniciativa, avançando, por si só, no prosseguimento dos trabalhos. Para o efeito, no uso das suas competências, está a recorrer à participação directa dos vogais do Ministério da Defesa Nacional e da ADFA no Conselho Nacional de Reabilitação. Nesse sentido, realizaram-se já duas reuniões em que se está a delinear um plano de trabalho.

Não será esta, logicamente, a solução ideal, já que qualquer projecto desta forma elaborado poderá ser rejeitado pelo Ministério da Defesa, pois a ele não se encontra directamente vinculado.

Espera-se que o Ministro da Defesa Nacional receba brevemente a Direcção da Associação e que o estranho comportamento do Ministério seja esclarecido e, sobretudo corrigido. A assim não acontecer, a paciência de quem há anos vem aguardando o reconhecimento dos seus direi-

tos através de legislação adequada começa muito seriamente a esgotar-se e todas as consequências que daí possam resultar serão absolutamente legítimas. Este é um aviso que convirá que não seja menosprezado.

EMGFA

JÁ SE PRONUNCIOU
SOBRE AS ADMs

Objecto de preocupação é também o processo sobre a assistência médica que se vem arrastando há já um ano no Conselho da Revolução.

Em contacto recentemente estabelecido com o comandante Vítor Crespo sabemos que o Estado Maior General das Forças Armadas tinha já elaborado um estudo sobre esta matéria e outras relativas aos deficientes das Forças Armadas. A partir desse estudo, o Conselho da Revolução estará apto a legislar.

Entretanto, será intenção do Conselho da Revolução promover antes uma reunião com a ADFA e o EMGFA, a fim de se proceder a uma última análise da matéria constante dos diplomas a aprovar.

Pensamos que essa reunião irá ter lugar brevemente, já que, a assim não ser, poderá ser definitivamente perdida a oportunidade de o Conselho da Revolução cumprir este seu pequeno dever com os deficientes das Forças Armadas. Note-se que a assistência médica que vinha sendo garantida pelos SSFA foi cortada por decisão das próprias Forças Armadas.

Seria muito estranho que o Conselho da Revolução, com 8 anos de mandato, não aprovasse, por falta de tempo (com a revisão constitucional está prestes a terminar a sua vigência), algumas elementares medidas legislativas para os deficientes

das Forças Armadas, como é esta da assistência médica.

Mas, apesar de tudo, neste momento, estamos ainda optimistas.

Para processamento do pagamento da pensão

Deficientes que aguardam publicação da Pensão no Diário da República devem enviar número fiscal à Caixa

Os deficientes das Forças Armadas que estão neste momento a receber pensão provisória, aguardando, por conseguinte, que a mesma seja publicada no Diário da República, deverão, para efeito do seu processamento, enviar à Caixa Geral de Depósitos (Expediente e Contencioso das Reformas de Militares da Caixa Geral de Aposentações — Rua Castilho, n.º 293 — 1000 Lisboa) fotocópia da ficha de inscrição para o efeito da atribuição do respectivo número fiscal do contribuinte ou do pró-

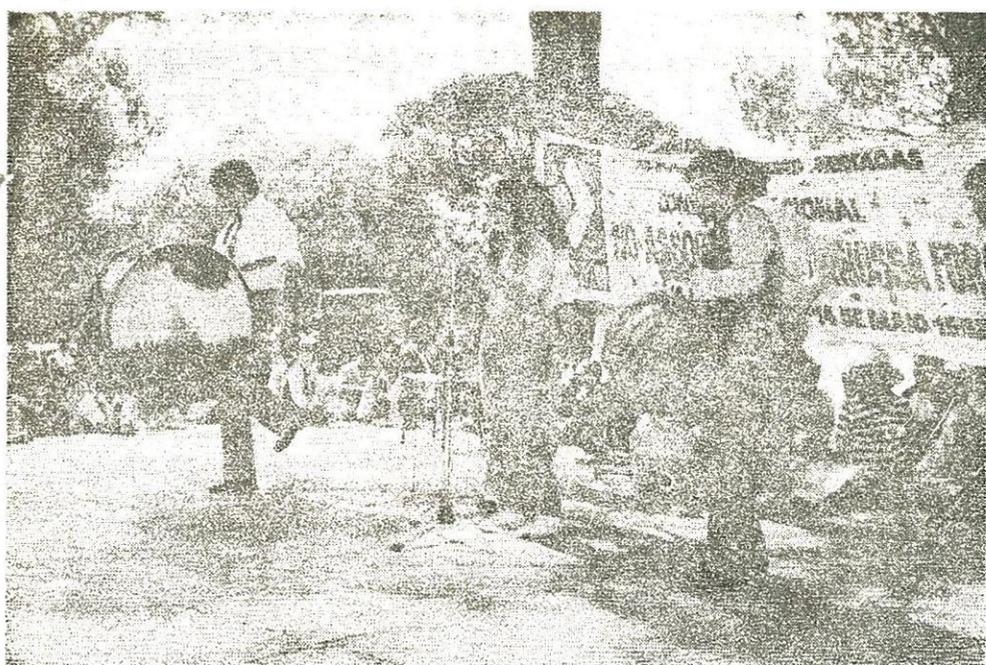
prio cartão do contribuinte.

A Caixa está a fazer esta solicitação directamente aos interessados, que devem, logicamente, e no seu interesse, enviar a fotocópia do documento referido, necessária para que o pagamento da pensão possa ser efectuado.

Além disso, todos os deficientes devem fazer-se acompanhar do número de contribuinte quando, durante o mês de Junho, se deslocarem à Caixa para fazerem a prova de vida.



lo Apoloni durante a sua actuação



O grupo cantarel durante a sua actuação

CENTENAS DE SÓCIOS NO 8.º ANIV

ções-chave. Oportunamente será comunicado a todos os participantes a data de entrega de prémios, que será inserida

num convívio a realizar na sede da ADFA.

Este programa de rádio teve características essencialmente dinamiza-

doras, já que estiveram mobilizadas em todo o País mais de 2000 pessoas que tiveram que pronunciar a frase, a

uma vida», ao mesmo tempo que se dizia, também, «1.º contexto da ADFA».

Aproveita-se aqui para agradecer aos rádio-amadores da zona de Coruche que, com os rádio-amadores sócios da ADFA, montaram a estação especial (CT5 DFA). Agradece-se também a todas as estações que se ofereceram para fazer de estação-chave.

Para que todas as actividades do âmbito deste convívio tivessem sido possíveis, contou-se, desde o início, com o apoio de diversas entidades de Coruche. Assim, a Câmara Municipal de Coruche deu um apoio muito importante, mesmo fundamental, no início, surgindo, apenas no final, algumas dificuldades de carácter funcional. Foi

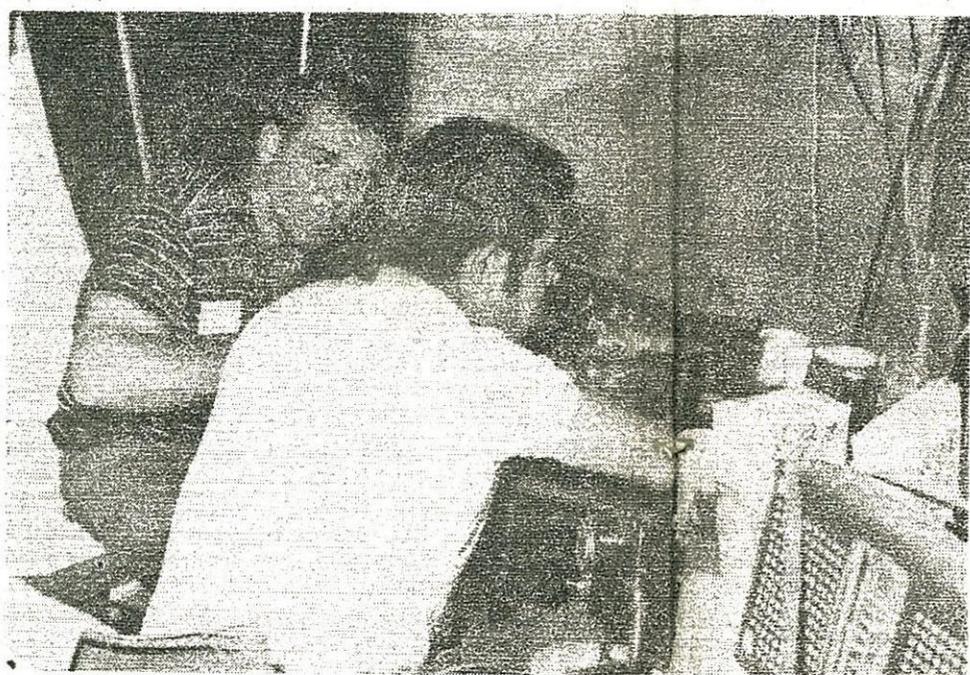
também importante a colaboração da Câmara Municipal de Benavente.

Especial apoio foi recebido da Junta de Freguesia de Coruche que, além de oferecer vários prémios para as provas desportivas, contribuiu ainda com um subsídio de 5000\$00 em dinheiro.

A Santa Casa da Misericórdia contribuiu com o melhor apoio, colocando, nomeadamente, uma carrinha à disposição por vários dias.

Há ainda a registar o apoio sempre pronto dos Bombeiros Voluntários.

Da população em geral a Associação recebeu o melhor acolhimento, ficando muitas pessoas motivadas para outras realizações deste tipo a levar a cabo pela ADFA. A este propósito, a Câ-



Aspecto da estação de rádio-amador

DE COIMBRA, EM 6 DE JUNHO

PESCA DESPORTIVA

Junho iremos realizar o desportiva, como habitualmente a Foz no local denominado «ES». Com o objectivo de objectivos a que nos propomos os camaradas amantes de a estarem presentes. is delegações, sedes de regulamentos e folhas de

9 horas e termina às

REVISÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE

(Continuação da 1.ª pág.)

nitivamente andamento à elaboração das medidas legislativas que com a maior justiça a ADFA vem reclamando.

Efectivamente, não se consegue compreender esta atitude do Ministério da Defesa, ao afastar-se dum

processo em cuja iniciativa participou directa e activamente.

Espera-se, assim, que o Ministro da Defesa receba em breve a Direcção da ADFA e que esta situação seja definitivamente esclarecida, já que o Ministério da Defesa não pode, de forma alguma, pôr-se à margem do processo de elaboração de novas medidas legislativas para os deficientes das Forças Armadas, porque é a ele próprio, Ministério da Defesa, que está acometida a responsabilidade sobre a legislação dos deficientes militares.

Depois do Ministério da Defesa se ter retirado do grupo de trabalho, a Direcção da ADFA comunicou ao Secretariado Nacional de Reabilitação que não aceitava manter-se nesta iniciativa sem o Ministério da Defesa, parte imprescindível deste processo. Apesar disso, o Secretariado decidiu prosseguir nesta

iniciativa, avançando, por si só, no prosseguimento dos trabalhos. Para o efeito, no uso das suas competências, está a recorrer à participação directa dos vogais do Ministério da Defesa Nacional e da ADFA no Conselho Nacional de Reabilitação. Nesse sentido, realizaram-se já duas reuniões em que se está a delinear um plano de trabalho.

Não será esta, logicamente, a solução ideal, já que qualquer projecto desta forma elaborado poderá ser rejeitado pelo Ministério da Defesa, pois a ele não se encontra directamente vinculado.

Espera-se que o Ministro da Defesa Nacional receba brevemente a Direcção da Associação e que o estranho comportamento do Ministério seja esclarecido e, sobretudo corrigido. A assim não acontecer, a paciência de quem há anos vem aguardando o reconhecimento dos seus direi-

tos através de legislação adequada começa muito seriamente a esgotar-se e todas as consequências que daí possam resultar serão absolutamente legítimas. Este é um aviso que convirá que não seja menosprezado.

EMGFA

JÁ SE PRONUNCIOU SOBRE AS ADMs

Objecto de preocupação é também o processo sobre a assistência médica que se vem arrastando há já um ano no Conselho da Revolução.

Em contacto recentemente estabelecido com o comandante Vítor Crespo soubemos que o Estado Maior General das Forças Armadas tinha já elaborado um estudo sobre esta matéria e outras relativas aos deficientes das Forças Armadas. A partir desse estudo, o Conselho da Revolução estará apto a legislar.

AL REUNIU DA ZONA CENTRO

suntos de carácter associativo de maior interesse actual, desde a situação sobre a alteração de legislação até ao funcionamento dos serviços internos da Associação, sobretudo no que respeita ao apoio directo aos sócios (Departamento de Reabilitação e Apoio Social) e a dinamização dos

mesmos para uma cada vez maior participação associativa (Departamento de Cultura, Dinamização e Desporto). Foram ainda tratadas questões específicas relativas a iniciativas a desenvolver no âmbito das delegações de Coimbra e Viseu dentro da actividade da Associação.

O QUE É O CENTRO DE REABILITAÇÃO VOCACIONAL DO PORTO?

O Centro de Reabilitação Vocacional do Porto foi integrado orgânica e funcionalmente no Centro Regional de Segurança Social do Porto, quando da extinção do Instituto da Família e Acção Social.

Nessa altura o C. R. V. P. tinha já a estrutura física hoje existente.

1 — Serviços Centrais na Rua de Costa Cabral num espaço extremamente exíguo e nada conforme com os utentes que nos procuram pela dificuldade em transportar as suas barreiras arquitectónicas. Fizeram-se as adaptações possíveis. É de extrema urgência pensar em novo espaço, pois é aqui praticamente impossível os nossos técnicos avaliarem os utentes que para serem devidamente encaminhados têm de passar por várias valências como sejam:

- Serviço de Saúde de que fazem parte, um médico de clínica geral, um cardiologista, um fisiatra, um geneticista, um psiquiatra e uma enfermeira;
- Serviço de atendimento e entrevista com técnicos do Serviço Social;
- Serviço de colocação e emprego;
- Serviço de psicologia;
- Serviço de educação física.

2 — Estabelecimento da Aréosa

Aqui funcionam duas áreas:

- Ensino profissional;
- Oficinas de Apoio Local (oficinas em regime já semelhante ao trabalho protegido).

As oficinas têm vindo a ser devidamente equipadas e todo o espaço disponível aproveitado, nos sentimos já espartilhados pois é urgente a sua ampliação.

3 — Estabelecimento da Granja

Aqui funcionam duas áreas:

- Ensino profissional vocacionado para cursos de tendência técnico-profissionais;
- Ensino da Agropecuária complementada pela Quinta da Manuela.

A Granja é na verdade um espaço agradável mas a sua dimensão é extremamente limitada para o ensino de Agro-Pecuária. Procuramos aproveitar todas as suas potencialidades (culturas forçadas, jardinagem, horticultura, etc.).

4 — Lar de S. Miguel

Unidade que se destina a facultar a habitação de deficientes que a casa não adaptada não pode receber.

5 — Centro de Estágio Complementar

Quinta da Manue a em Barqueiros (Mesão Frio), resultante da acção conjunta com

a Santa Casa da Misericórdia do Porto.

O papel da Educação Física

Desde a sua reestruturação a partir de 1976, pretendeu-se implantar um esquema de apoio às actividades desportivas e de Educação Física. Para isso, foram em determinada época contratados três técnicos de Educação Física (1 diplomado INEF, 1 ISEF e Monitor) apesar de que, por impedimentos de vária ordem, hoje apenas se utilizam os serviços de um só técnico, dificuldade que se impõe ser resolvida em breve.

Até porque, e muito cedo se verificou que a Educação Física não era uma área de actividades de tempos livres ou ocupação para o ócio. De imediato sobressaiu como acção de grande importância no aspecto reabilitador físico e funcional, como o estímulo à grande caminhada que se inicia, que se teme, mas que se deseja. Ao desfazer da inibição que o acompanha, ao comparar-se com o outro, reconhecendo muitas vezes pela primeira vez, o que só na intimidade ousa assumir, participando em grupo e o grupo muitas vezes apresentando-se como elemento social dando provas da sua capacidade.

A Educação Física e os Desportos tem-nos servido frequentemente ainda como material para dar aquele salto e estabelecer a participação do cidadão comum no trabalho do Centro de Reabilitação. De permitir integrar o deficiente em áreas, clubes, actividades e interesses onde todos estão ou podem estar.

São de tal modo nítidos os avanços e os progressos que um deficiente apresenta na Educação Física, que esta valência se utiliza também na avaliação. A Avaliação é para nós uma actividade vital do processo reabilitador, donde por assim dizer se estabelece e formula o plano geral de reabilitação, se orienta vocacionalmente e se aponta a colocação profissional ou ocupacional. Daí a variada informação que é necessário recolher e de que a Educação Física é uma componente importante.

Ao longo da permanência dos deficientes no Centro em formação ou reabilitação é reservado sempre e seria conveniente mais tempo para a Educação Física segundo a disponibilidade e capacidade do deficiente.

Temus vindo a abordar na generalidade toda a actividade de Educação Física e Des-

portos, mas antes de descrevermos algumas das formas de actuação não queremos deixar de salientar a Natação como actividade eleita, de longe a mais profícua e de alto rendimento não só físico ou motor, funcional mas até psicológico e social.

Em geral é ministrado ao utente em formação duas sessões semanais; uma de natação (1 hora) e outra de actividades desportivas diferentes (1,30 horas).

Na sessão de natação, atende-se predominantemente à confiança no próprio e no novo ambiente, ao equilíbrio, à respiração, à coordenação, que são os aspectos mais conhecidos de desenvolvimento do deficiente.

O Deficiente e o Desporto

Nas actividades desportivas diferentes procurou-se vencer a inércia, e a inépcia ou inadaptação do deficiente, desenvolvendo-lhe o domínio do gesto, o equilíbrio, a confiança em si e a integração num trabalho de equipa com a sua total participação em jogos.

Não desenvolvemos esta ou aquela ou aquela outra modalidade. Percorremos um caminho tão vasto de disponibilidades de conhecimentos e situações quantas as possibilidades do próprio grupo. Praticam-se assim Basquetebol, Futebol, Voleibol, Ginástica, Atletismo, Patinagem, Badminton, Ténis, Andebol, etc.

Ao mesmo tempo nos «tempos livres» procurou-se introduzir o gosto pela marcha ou praticar ténis de mesa ou ti-

ro ao arco, quando não a malha ou os «matraquilhos», incitando sempre à participação e desenvolvimento de jogos e actividades desportivas. Nem tudo porém corre de acordo com o melhor. Não atingimos ainda o nível de competição, tendo até à data sido possível apenas em certos casos pontuais os treinos desportivos para uma certa e esporádica competição.

Pensamos, num futuro próximo, ver surgir estruturas de

jogos para os quais temos sido convidados.

E dentro desta perspectiva, temos organizado e participado em convívios desportivos em Escolas Preparatórias, Escolas Secundárias, Clubes, etc., etc.

Devemos destacar os convívios de encerramento das Actividades Escolares da Escola Gomes Teixeira, Escola da Maia, Escola Secundária de Ermesinde.

Realizou-se também um en-

Clube, tendo tido um interesse digno de nota, quer dos atletas sentados nas cadeiras de rodas, para o qual tiveram três treinos de vinte minutos para ambientação, quer do público que participou totalmente neste espectáculo desportivo. O resultado não interessou mas sim o convívio, a participação de um grande Clube da Associação de Basquetebol, da Associação de Juizes, do público e dos atletas que foi magnífica.



Uma aula de lançamento de Disco

apoio ao trabalho que tem sido desenvolvido.

Apesar de não sermos um Centro ou um Clube desportivo, temos participado em todos os encontros, convívios e

contro de Basquetebol com a equipa principal do Futebol Clube do Porto onde estiveram presentes todos os basquetebolistas Campeões Nacionais da época, do dito

Mais recentemente e integrado no A. I. D., tivemos participações em Valongo, Oliveira de Azeméis, Vila Nova de Gaia, Vila do Conde, Ermesinde, no Porto em vários locais. Participamos na corrida de Parede, nas duas corridas dos Restauradores ao Rossio, no aniversário do AD FA/Porto e ainda no primeiro Encontro Internacional do Algarve.

Participámos no quarto Torneio de Natação do Banco Pinto & Sotto Mayor, iniciativa louvável de fomentar, convívio salutar entre trabalhadores. Compareceram 19 empresas com 300 participantes entre os quais 30 deficientes, divididos em escalões etários, masculinos e femininos. Pensamos ser esta a melhor integração.

Muito há a fazer e este Centro está pronto a colaborar em todas as acções que possibilitem o deficiente a praticar o desporto, despertando em todos a necessidade e o interesse pela Educação Física, proporcionando a todos uma sadia ocupação dos tempos livres, incitando todas as estruturas e em especial os clubes recreativos e desportivos a criarem e desenvolverem secções desportivas especialmente e também participadas pelos deficientes.

EM 28 DE MAIO

CONSELHO NACIONAL DE REABILITAÇÃO NÃO REUNIU POR FALTA DE QUORUM

O Conselho Nacional de Reabilitação, que foi convocado para o passado dia 28 de Maio, não chegou a reunir por falta de quorum.

Porque alguns representantes de Ministérios e Secretarias de Estado e o vogal em representação da Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho não compareceram, a reunião não se realizou, sendo novamente convocada para data ainda não fixada.

Esta reunião, segundo soubemos, integrar-se-ia já no plano de valorização do Conselho Nacional de Reabilitação, com a realização das reuniões legalmente estabelecidas (uma por mês, pelo menos, e com uma intervenção mais directa nos assuntos da reabilitação que vêm sendo tratados pelo Secretariado.

Espera-se que esta intenção de retomada normal das reuniões do Conselho Nacional de Reabilitação não venha agora ser contrariada pelos vogais através da sua ausência.

Esta reunião, segundo chegou a realizar-se tinha como ponto fundamental da ordem de trabalhos a «análise do despacho do Ministro de Estado e da Qualidade de Vida sobre o relatório do A. I. D. e colaboração do Conselho Nacional de Reabilitação na preparação do Plano Nacional de Reabilitação».

A propósito, transcrevemos a seguir o teor do referido despacho.

Apreciados os relatórios anexos e referentes ao trabalho executado durante o AID/81 pelas diversas comissões e sub-comissões criadas para o efeito, conclui-se que o mesmo é muito meritório e constitui um enorme contributo para o estudo da realidade portuguesa no campo da reabilitação.

O Secretário do Conselho Nacional de Reabilitação deverá, no âmbito

da sua competência e no mais curto prazo de tempo, apresentar para apreciação e aprovação o Plano Nacional de Acção para a década em curso, bem como os projectos de diplomas que respondam às sugestões e metas apontadas.

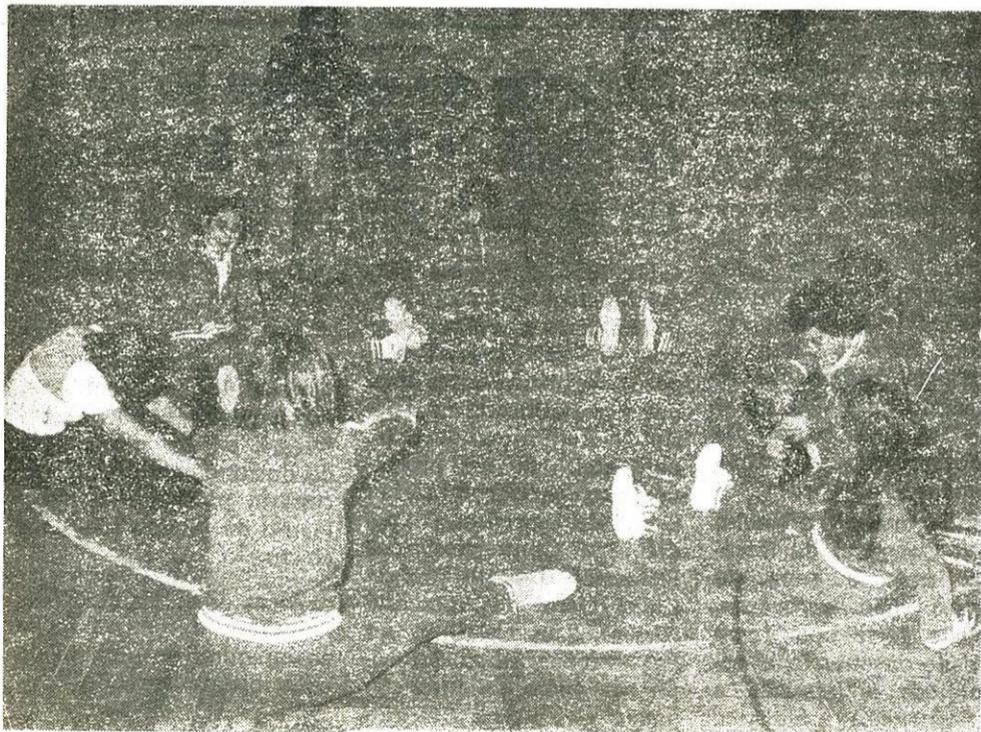
Igualmente deverá apresentar dossier justificativo e elaborar minuta de resolução que demonstre a vontade política de colmatar as falhas existentes e conduza ao empenhamento, sob coordenação e acompanhamento do Secretariado Nacional de Reabilitação, das acções executadas em todos os departamentos e instituições com responsabilidade nesta área.

EM BREVE

GINÁSTICA DE MANUTENÇÃO NA DELEGAÇÃO DO PORTO

Estão abertas, na Delegação do Porto, as inscrições para a ginástica de Manutenção, que vem assim, preencher uma lacuna existente entre nós. Esta iniciativa surge no seguimento de alcançar os objectivos de ocupação dos tempos livres, do melhoramento da saúde física e psíquica, assim como o desenvolvimento do convívio, promovendo um mais amplo relacionamento entre os sócios e posteriormente os seus familiares.

Pensamos que a primeira forma da actividade física será a ginástica de manutenção para adquirirmos motivação e desenvolvimento básico para, mais tarde, se avançar para as formas desportivas adaptadas ou não. Assim, esta iniciativa surge como prólogo de outras actividades que se seguirão, dependentes, no entanto, do sucesso que esta venha a ter.



Uma aula de Ginástica

PÁGINA CULTURAL

O PRINCIPEZINHO E A RAPOSA

Foi então que apareceu a raposa:

— Bom dia, disse a raposa.

— Bom dia, respondeu o principezinho com delicadeza. Mas ao voltar-se não viu ninguém.

— Estou aqui, disse a voz, debaixo da macieira...

— Quem és tu?, disse o principezinho. És tão bonita...

— Sou uma raposa, disse a raposa.

— Anda brincar comigo, prpôs-lhe o principezinho. Estou tão triste...

— Não posso brincar contigo, disse a raposa. Ainda ninguém me cativou.

— Ah! perdão, disse o principezinho.

Mas, depois de ter reflectido, acrescentou:

— Que significa «cativar»?

— Tu não deves ser daqui, disse a raposa. Que procuras?

— Procuo os homens, disse o principezinho. Que significa «cativar»?

— Os homens, disse a raposa, têm espingardas e caçam. É uma maçada! Também criam galinhas. É o único interesse que lhes acho. Andas à procura de galinhas?

— Não, disse o principezinho. Ando à procura de amigos. Que significa «cativar»?

— É uma coisa de que toda a gente se esqueceu, disse a raposa. Significa «criar laços...»

— Criar laços?

— Isso mesmo, disse a raposa. Para mim, não passas, por enquanto, de um rapazinho em tudo igual a cem mil rapazinhos. E eu não preciso de ti. E tu não precisas de mim.

Para ti, não passo de uma raposa igual a cem mil raposas. Mas, se me cativares, precisaremos um do outro. Serás para mim único no mundo. Serei única no mundo para ti...

— Começo a compreender, disse o principezinho. Existe uma flor... creio que ela me cativou.

— É possível, disse a raposa. Vê-se de tudo à superfície da Terra...

— Oh! não é na Terra, disse o principezinho.

A raposa mostrou-se muito intrigada.

— Noutro planeta?

— Sim.

— Há caçadores nesse tal planeta?

— Não.

— Isso tem muito interesse. E galinhas?

— Não.

— A perfeição não existe, suspirou a raposa.

Mas voltou à mesma ideia.

— Levo uma vida monótona. Eu caço galinhas e os homens caçam-me a mim. Todas as galinhas são iguais e todos os homens são iguais. Por isso me aborreço um pouco. Mas, se tu me cativares, será como se o Sol iluminasse a minha vida. Distinguirei, de todos os passos, um novo ruído de passos. Os outros passos fazem-me esconder debaixo da terra. Os teus não de atraindo-me para fora da toca, como uma música. E depois, olha! Vês lá adiante os campos de trigo? Eu não como pão. O trigo para mim é inútil. Os campos de trigo não me dizem nada. E é triste. Mas os teus cabelos são cor de ouro. Por isso, quando me tiveres cativado, vai ser maravilhoso. Como o trigo é doirado fará lembrar-me de ti. E

hei-de amar o barulho do vento através do trigo...

A raposa calou-se e olhou por muito tempo para o principezinho.

— Cativa-me, por favor, disse ela.

— Tenho muito gosto, respondeu o principezinho, mas falta-me tempo. Preciso de descobrir amigos e conhecer muitas coisas.

— Só se conhecem as coisas que se cativam, disse a raposa. Os homens já não têm tempo para tomar conhecimento de nada. Compram coisas feitas aos mercadores. Mas como não existem mercadores de amigos, os homens já não têm amigos. Se queres um amigo, cativa-me.

— Como é que hei-de fazer? disse o principezinho.

— Tens de ter muita paciência, respondeu a raposa. Primeiro sentas-te um pouco afastado de mim, assim, na relva.

— Ah! disse a raposa... Vou cho'ar

— A culpa é tua, disse o principezinho, não queria que te acontecesse mal; mas quise que te cativasse...

— É certo, disse a raposa.

— Mas vais chorar!, disse o principezinho.

— É certo, disse a raposa.

— Então não ganhas nada com isso!

— Ganho, sim, disse a raposa, por causa da cor do trigo. Depois acrescentou.

— Vai ver outra vez as rosas. Compreenderás que a tua é única no mundo. Quando voltares para me dizer adeus, faço-te presente de um segredo.

O principezinho foi ver outra vez as rosas.

— Vós não sois nada parecidas com a minha rosa; ainda não sois nada, disse-lhes ele.

— Era melhor teres vindo à mesma hora, disse a raposa. Se vieres, por exemplo, às quatro horas da tarde, às três já eu começo a ser feliz. A medida que o tempo avança, mais feliz me sentirei. As quatro horas já começarei a agitar-me e a inquietar-me; descobrirei o preço da felicidade. Mas se vieres a uma hora qualquer, nunca posso saber a que horas hei-de vestir o meu coração... São precisos ritos.

— O que é um rito? disse o principezinho.

— É também qualquer coisa de que toda a gente se esqueceu, disse a raposa. É o que faz com que um dia seja

diferente dos outros dias, uma hora diferente das outras horas. Há um rito, por exemplo, entre os meus caçadores. Dançam às quintas-feiras com as raparigas da aldeia. A quinta-feira é, por isso, um dia maravilhoso! Vou passear até à vinha. Se os caçadores dançassem num dia qualquer, os dias seriam todos iguais, e eu não teria férias.

Foi assim que o principezinho cativou a raposa. E quando se aproximou a hora da partida:

— Ah! disse a raposa... Vou cho'ar

— A culpa é tua, disse o principezinho, não queria que te acontecesse mal; mas quise que te cativasse...

— É certo, disse a raposa.

— Mas vais chorar!, disse o principezinho.

— É certo, disse a raposa.

— Então não ganhas nada com isso!

— Ganho, sim, disse a raposa, por causa da cor do trigo. Depois acrescentou.

— Vai ver outra vez as rosas. Compreenderás que a tua é única no mundo. Quando voltares para me dizer adeus, faço-te presente de um segredo.

O principezinho foi ver outra vez as rosas.

— Vós não sois nada parecidas com a minha rosa; ainda não sois nada, disse-lhes ele.

— Era melhor teres vindo à mesma hora, disse a raposa. Se vieres, por exemplo, às quatro horas da tarde, às três já eu começo a ser feliz. A medida que o tempo avança, mais feliz me sentirei. As quatro horas já começarei a agitar-me e a inquietar-me; descobrirei o preço da felicidade. Mas se vieres a uma hora qualquer, nunca posso saber a que horas hei-de vestir o meu coração... São precisos ritos.

— O que é um rito? disse o principezinho.

— É também qualquer coisa de que toda a gente se esqueceu, disse a raposa. É o que faz com que um dia seja

diferente dos outros dias, uma hora diferente das outras horas. Há um rito, por exemplo, entre os meus caçadores. Dançam às quintas-feiras com as raparigas da aldeia. A quinta-feira é, por isso, um dia maravilhoso! Vou passear até à vinha. Se os caçadores dançassem num dia qualquer, os dias seriam todos iguais, e eu não teria férias.

Foi assim que o principezinho cativou a raposa. E quando se aproximou a hora da partida:

— Ah! disse a raposa... Vou cho'ar

— A culpa é tua, disse o principezinho, não queria que te acontecesse mal; mas quise que te cativasse...

— É certo, disse a raposa.

— Mas vais chorar!, disse o principezinho.

— É certo, disse a raposa.

— Então não ganhas nada com isso!

— Ganho, sim, disse a raposa, por causa da cor do trigo. Depois acrescentou.

— Vai ver outra vez as rosas. Compreenderás que a tua é única no mundo. Quando voltares para me dizer adeus, faço-te presente de um segredo.

O principezinho foi ver outra vez as rosas.

— Vós não sois nada parecidas com a minha rosa; ainda não sois nada, disse-lhes ele.

— Era melhor teres vindo à mesma hora, disse a raposa. Se vieres, por exemplo, às quatro horas da tarde, às três já eu começo a ser feliz. A medida que o tempo avança, mais feliz me sentirei. As quatro horas já começarei a agitar-me e a inquietar-me; descobrirei o preço da felicidade. Mas se vieres a uma hora qualquer, nunca posso saber a que horas hei-de vestir o meu coração... São precisos ritos.

— O que é um rito? disse o principezinho.

— É também qualquer coisa de que toda a gente se esqueceu, disse a raposa. É o que faz com que um dia seja

diferente dos outros dias, uma hora diferente das outras horas. Há um rito, por exemplo, entre os meus caçadores. Dançam às quintas-feiras com as raparigas da aldeia. A quinta-feira é, por isso, um dia maravilhoso! Vou passear até à vinha. Se os caçadores dançassem num dia qualquer, os dias seriam todos iguais, e eu não teria férias.

Foi assim que o principezinho cativou a raposa. E quando se aproximou a hora da partida:

— Ah! disse a raposa... Vou cho'ar

— A culpa é tua, disse o principezinho, não queria que te acontecesse mal; mas quise que te cativasse...

— É certo, disse a raposa.

— Mas vais chorar!, disse o principezinho.

— É certo, disse a raposa.

— Então não ganhas nada com isso!

— Ganho, sim, disse a raposa, por causa da cor do trigo. Depois acrescentou.

— Vai ver outra vez as rosas. Compreenderás que a tua é única no mundo. Quando voltares para me dizer adeus, faço-te presente de um segredo.

O principezinho foi ver outra vez as rosas.

— Vós não sois nada parecidas com a minha rosa; ainda não sois nada, disse-lhes ele.

— Era melhor teres vindo à mesma hora, disse a raposa. Se vieres, por exemplo, às quatro horas da tarde, às três já eu começo a ser feliz. A medida que o tempo avança, mais feliz me sentirei. As quatro horas já começarei a agitar-me e a inquietar-me; descobrirei o preço da felicidade. Mas se vieres a uma hora qualquer, nunca posso saber a que horas hei-de vestir o meu coração... São precisos ritos.

— O que é um rito? disse o principezinho.

— É também qualquer coisa de que toda a gente se esqueceu, disse a raposa. É o que faz com que um dia seja

diferente dos outros dias, uma hora diferente das outras horas. Há um rito, por exemplo, entre os meus caçadores. Dançam às quintas-feiras com as raparigas da aldeia. A quinta-feira é, por isso, um dia maravilhoso! Vou passear até à vinha. Se os caçadores dançassem num dia qualquer, os dias seriam todos iguais, e eu não teria férias.

Foi assim que o principezinho cativou a raposa. E quando se aproximou a hora da partida:

— Ah! disse a raposa... Vou cho'ar

— A culpa é tua, disse o principezinho, não queria que te acontecesse mal; mas quise que te cativasse...

— É certo, disse a raposa.

— Mas vais chorar!, disse o principezinho.

— É certo, disse a raposa.

— Então não ganhas nada com isso!

— Ganho, sim, disse a raposa, por causa da cor do trigo. Depois acrescentou.

— Vai ver outra vez as rosas. Compreenderás que a tua é única no mundo. Quando voltares para me dizer adeus, faço-te presente de um segredo.

O principezinho foi ver outra vez as rosas.

— Vós não sois nada parecidas com a minha rosa; ainda não sois nada, disse-lhes ele.

— Era melhor teres vindo à mesma hora, disse a raposa. Se vieres, por exemplo, às quatro horas da tarde, às três já eu começo a ser feliz. A medida que o tempo avança, mais feliz me sentirei. As quatro horas já começarei a agitar-me e a inquietar-me; descobrirei o preço da felicidade. Mas se vieres a uma hora qualquer, nunca posso saber a que horas hei-de vestir o meu coração... São precisos ritos.

— O que é um rito? disse o principezinho.

— É também qualquer coisa de que toda a gente se esqueceu, disse a raposa. É o que faz com que um dia seja

diferente dos outros dias, uma hora diferente das outras horas. Há um rito, por exemplo, entre os meus caçadores. Dançam às quintas-feiras com as raparigas da aldeia. A quinta-feira é, por isso, um dia maravilhoso! Vou passear até à vinha. Se os caçadores dançassem num dia qualquer, os dias seriam todos iguais, e eu não teria férias.

Foi assim que o principezinho cativou a raposa. E quando se aproximou a hora da partida:

— Ah! disse a raposa... Vou cho'ar

— A culpa é tua, disse o principezinho, não queria que te acontecesse mal; mas quise que te cativasse...

— É certo, disse a raposa.

— Mas vais chorar!, disse o principezinho.

— É certo, disse a raposa.

— Então não ganhas nada com isso!

— Ganho, sim, disse a raposa, por causa da cor do trigo. Depois acrescentou.

— Vai ver outra vez as rosas. Compreenderás que a tua é única no mundo. Quando voltares para me dizer adeus, faço-te presente de um segredo.

O principezinho foi ver outra vez as rosas.

— Vós não sois nada parecidas com a minha rosa; ainda não sois nada, disse-lhes ele.

— Era melhor teres vindo à mesma hora, disse a raposa. Se vieres, por exemplo, às quatro horas da tarde, às três já eu começo a ser feliz. A medida que o tempo avança, mais feliz me sentirei. As quatro horas já começarei a agitar-me e a inquietar-me; descobrirei o preço da felicidade. Mas se vieres a uma hora qualquer, nunca posso saber a que horas hei-de vestir o meu coração... São precisos ritos.

— O que é um rito? disse o principezinho.

— É também qualquer coisa de que toda a gente se esqueceu, disse a raposa. É o que faz com que um dia seja

diferente dos outros dias, uma hora diferente das outras horas. Há um rito, por exemplo, entre os meus caçadores. Dançam às quintas-feiras com as raparigas da aldeia. A quinta-feira é, por isso, um dia maravilhoso! Vou passear até à vinha. Se os caçadores dançassem num dia qualquer, os dias seriam todos iguais, e eu não teria férias.

Foi assim que o principezinho cativou a raposa. E quando se aproximou a hora da partida:

— Ah! disse a raposa... Vou cho'ar

— A culpa é tua, disse o principezinho, não queria que te acontecesse mal; mas quise que te cativasse...

— É certo, disse a raposa.

— Mas vais chorar!, disse o principezinho.

— É certo, disse a raposa.

— Então não ganhas nada com isso!

— Ganho, sim, disse a raposa, por causa da cor do trigo. Depois acrescentou.

— Vai ver outra vez as rosas. Compreenderás que a tua é única no mundo. Quando voltares para me dizer adeus, faço-te presente de um segredo.

O principezinho foi ver outra vez as rosas.

— Vós não sois nada parecidas com a minha rosa; ainda não sois nada, disse-lhes ele.

— Era melhor teres vindo à mesma hora, disse a raposa. Se vieres, por exemplo, às quatro horas da tarde, às três já eu começo a ser feliz. A medida que o tempo avança, mais feliz me sentirei. As quatro horas já começarei a agitar-me e a inquietar-me; descobrirei o preço da felicidade. Mas se vieres a uma hora qualquer, nunca posso saber a que horas hei-de vestir o meu coração... São precisos ritos.

— O que é um rito? disse o principezinho.

— É também qualquer coisa de que toda a gente se esqueceu, disse a raposa. É o que faz com que um dia seja

diferente dos outros dias, uma hora diferente das outras horas. Há um rito, por exemplo, entre os meus caçadores. Dançam às quintas-feiras com as raparigas da aldeia. A quinta-feira é, por isso, um dia maravilhoso! Vou passear até à vinha. Se os caçadores dançassem num dia qualquer, os dias seriam todos iguais, e eu não teria férias.

Foi assim que o principezinho cativou a raposa. E quando se aproximou a hora da partida:

— Ah! disse a raposa... Vou cho'ar

— A culpa é tua, disse o principezinho, não queria que te acontecesse mal; mas quise que te cativasse...

— É certo, disse a raposa.

— Mas vais chorar!, disse o principezinho.

— É certo, disse a raposa.

— Então não ganhas nada com isso!

— Ganho, sim, disse a raposa, por causa da cor do trigo. Depois acrescentou.

— Vai ver outra vez as rosas. Compreenderás que a tua é única no mundo. Quando voltares para me dizer adeus, faço-te presente de um segredo.

O principezinho foi ver outra vez as rosas.

— Vós não sois nada parecidas com a minha rosa; ainda não sois nada, disse-lhes ele.

— Era melhor teres vindo à mesma hora, disse a raposa. Se vieres, por exemplo, às quatro horas da tarde, às três já eu começo a ser feliz. A medida que o tempo avança, mais feliz me sentirei. As quatro horas já começarei a agitar-me e a inquietar-me; descobrirei o preço da felicidade. Mas se vieres a uma hora qualquer, nunca posso saber a que horas hei-de vestir o meu coração... São precisos ritos.

— O que é um rito? disse o principezinho.

— É também qualquer coisa de que toda a gente se esqueceu, disse a raposa. É o que faz com que um dia seja

diferente dos outros dias, uma hora diferente das outras horas. Há um rito, por exemplo, entre os meus caçadores. Dançam às quintas-feiras com as raparigas da aldeia. A quinta-feira é, por isso, um dia maravilhoso! Vou passear até à vinha. Se os caçadores dançassem num dia qualquer, os dias seriam todos iguais, e eu não teria férias.

Foi assim que o principezinho cativou a raposa. E quando se aproximou a hora da partida:

— Ah! disse a raposa... Vou cho'ar

— A culpa é tua, disse o principezinho, não queria que te acontecesse mal; mas quise que te cativasse...

— É certo, disse a raposa.

— Mas vais chorar!, disse o principezinho.

— É certo, disse a raposa.

— Então não ganhas nada com isso!

— Ganho, sim, disse a raposa, por causa da cor do trigo. Depois acrescentou.

— Vai ver outra vez as rosas. Compreenderás que a tua é única no mundo. Quando voltares para me dizer adeus, faço-te presente de um segredo.

O principezinho foi ver outra vez as rosas.

— Vós não sois nada parecidas com a minha rosa; ainda não sois nada, disse-lhes ele.

— Era melhor teres vindo à mesma hora, disse a raposa. Se vieres, por exemplo, às quatro horas da tarde, às três já eu começo a ser feliz. A medida que o tempo avança, mais feliz me sentirei. As quatro horas já começarei a agitar-me e a inquietar-me; descobrirei o preço da felicidade. Mas se vieres a uma hora qualquer, nunca posso saber a que horas hei-de vestir o meu coração... São precisos ritos.

— O que é um rito? disse o principezinho.

— É também qualquer coisa de que toda a gente se esqueceu, disse a raposa. É o que faz com que um dia seja

diferente dos outros dias, uma hora diferente das outras horas. Há um rito, por exemplo, entre os meus caçadores. Dançam às quintas-feiras com as raparigas da aldeia. A quinta-feira é, por isso, um dia maravilhoso! Vou passear até à vinha. Se os caçadores dançassem num dia qualquer, os dias seriam todos iguais, e eu não teria férias.

Foi assim que o principezinho cativou a raposa. E quando se aproximou a hora da partida:

— Ah! disse a raposa... Vou cho'ar

— A culpa é tua, disse o principezinho, não queria que te acontecesse mal; mas quise que te cativasse...

— É certo, disse a raposa.

— Mas vais chorar!, disse o principezinho.

— É certo, disse a raposa.

— Então não ganhas nada com isso!

— Ganho, sim, disse a raposa, por causa da cor do trigo. Depois acrescentou.

— Vai ver outra vez as rosas. Compreenderás que a tua é única no mundo. Quando voltares para me dizer adeus, faço-te presente de um segredo.

O principezinho foi ver outra vez as rosas.

— Vós não sois nada parecidas com a minha rosa; ainda não sois nada, disse-lhes ele.

— Era melhor teres vindo à mesma hora, disse a raposa. Se vieres, por exemplo, às quatro horas da tarde, às três já eu começo a ser feliz. A medida que o tempo avança, mais feliz me sentirei. As quatro horas já começarei a agitar-me e a inquietar-me; descobrirei o preço da felicidade. Mas se vieres a uma hora qualquer, nunca posso saber a que horas hei-de vestir o meu coração... São precisos ritos.

— O que é um rito? disse o principezinho.

— É também qualquer coisa de que toda a gente se esqueceu, disse a raposa. É o que faz com que um dia seja

diferente dos outros dias, uma hora diferente das outras horas. Há um rito, por exemplo, entre os meus caçadores. Dançam às quintas-feiras com as raparigas da aldeia. A quinta-feira é, por isso, um dia maravilhoso! Vou passear até à vinha. Se os caçadores dançassem num dia qualquer, os dias seriam todos iguais, e eu não teria férias.

Foi assim que o principezinho cativou a raposa. E quando se aproximou a hora da partida:

— Ah! disse a raposa... Vou cho'ar

8.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

ADFA ASSOCIOU-SE ÀS COMEMORAÇÕES DOS MILITARES

O já tradicional almoço-convívio levado a cabo pelos militares para comemorar o 25 de Abril teve este ano um especial significado, já que se tratou da última comemoração da revolução dos cravos com os militares ligados à orientação política do País. Significativo foi também o local onde o convívio teve lugar. Foi em Santarém, exactamente no local donde há 8 anos partiu uma coluna militar em direcção a Lisboa para libertar o País do regime fascista.

Um maior significado foi dado a este convívio este ano com a presença do Presidente da República, General Ramalho Eanes, ele próprio também um militar do 25 de Abril.

Tal como nos anos anteriores, houve três intervenções, por outros tantos Conselheiros da Revolução, em representação dos três ramos das Forças Armadas.

O Comandante Vítor Crespo, em representação da Armada, a dado passo da sua intervenção, afirmou: «É bom que o povo português que está com o 25 de Abril saiba que os homens que fizeram ou que aderiram ao 25 de Abril estão com ele e dispostos a não deixar murchar os nossos cravos vermelhos! O que fizemos no passado estamos prontos a fazer no futuro! Para tanto teremos que nos manter atentos e unidos.»

O major Vasco Lourenço, em representação do Exército, salientou em dada altura

da sua intervenção: «Ouvem-se por aí algumas vezes que nós escutamos distintamente. São vozes que não compreenderam ainda a essência do movimento do 25 de Abril; são vozes que não conseguem perceber a tolerância intrínseca dos capitães de Abril; são vozes que alimentam revanchismos que ruminam vinganças, que juram inverter o essencial da obra do MFA. Para esses a nossa voz é clara: não o permitiremos... Não se iludam os que pensam que o MFA terminou e está dissolvido. O MFA não poderá ser dissolvido porque não foi, não é, nem será uma organização formal que se possa dissolver. O MFA foi, é e continuará a ser uma atitude política, social e moral de um grupo vasto de cidadãos militares em torno de uma ideia-força: devolver ao povo português o exercício pleno da soberania e garantir que não mais lhe seja retirada. O MFA foi, é e continuará a ser um espírito de acção em torno dessa ideia.»

O Tenente-coronel Costa Neves, em representação da Força Aérea, salientou na sua intervenção: «Nas cinzentas nuvens que ensombram Abril dissimulam-se os que jamais

lhe perdoarão a derrota que os privou dos seus privilégios e jamais se conciliarão com o regime democrático que lhes dificulta a sua recuperação... São muitos ainda, os que não param de esforçar-se para desacreditar o regime nascido com Abril. Não deixam de consituir um perigo. Têm por eles a experiência de 50 anos de ditadura que tão bem assimilaram, o apoio das estruturas, influências e complicitades remanescentes do passado e ainda as liberdades democráticas que lhes toleram as ousadias. Muito mal já conseguiram, muitas esperanças abalaram, mas Abril não destruíram nem jamais destruí-

ção. Interessamos-nos a derrota que os privou dos seus privilégios e jamais se conciliarão com o regime democrático que lhes dificulta a sua recuperação... São muitos ainda, os que não param de esforçar-se para desacreditar o regime nascido com Abril. Não deixam de consituir um perigo. Têm por eles a experiência de 50 anos de ditadura que tão bem assimilaram, o apoio das estruturas, influências e complicitades remanescentes do passado e ainda as liberdades democráticas que lhes toleram as ousadias. Muito mal já conseguiram, muitas esperanças abalaram, mas Abril não destruíram nem jamais destruí-

será força impulsionadora da determinação que há-de animar-nos em direcção à concretização dos ideais então traçados.

Nós, pela nossa parte, hoje, como há 8 anos, fiéis ao espírito do 25 de Abril, continuaremos a dar o nosso contributo para a construção de uma sociedade melhor.

A nossa solidariedade total com os militares do 25 de Abril!»

Medalha comemorativa do 25 de Abril à venda na ADFA

Os organizadores do convívio emitiram uma medalha alusiva ao 8.º aniversário do 25 de Abril que foi adquirida pelos militares presentes. Dessas medalhas existem ainda algumas que podem ser adquiridas livremente por militares ou civis. Os interessados na medalha podem obtê-la directamente na Sede da ADFA em Lisboa (no Bar) onde se encontra à venda.

FOI ALTERADA A TABELA DO IMPOSTO PROFISSIONAL

Foi actualizado o limite de isenção do imposto profissional, passando de 126.000\$00 para 160.000\$00, de modo a poder ajustá-lo aos trabalhadores que fruem do salário mínimo nacional.

O estabelecimento do limite desta isenção foi publicado no Decreto-Lei n.º 198/82, de 21 de Maio, e inserido no Diário da República I.ª Série, n.º 115, de 21 de Maio e 1982, que também estabelece para os artistas de teatro, bailado, cinema e equiparados, enquanto residentes em Portugal, com sede efectiva ou estabelecimento estável, o pagamento do respectivo imposto.

Par finalizar, também se considerou necessário eliminar a sujeição a imposto das importâncias recebidas pelos trabalhadores por conta de outrem, quando não atribuídas pela respectiva entidade patronal e incluir nas deduções permitidas aos profissionais por conta própria a percentagem de contribuições pagas à Segurança Social, na parte que excede a taxa das contribuições dos trabalhadores por conta de outrem para o regime geral da Previdência.

Assim, as taxas do Imposto Profissional a plicar são agora as seguintes:

Rendimentos colectáveis anuais	Percentagens
Até 180.000\$00	2
Até 225.000\$00	4
Até 300.000\$00	6
Até 450.000\$00	8
Até 600.000\$00	10
Até 750.000\$00	12
Até 900.000\$00	14
Até 1.050.000\$00	16
Até 1.200.000\$00	18
Até 1.350.000\$00	20
Superior a 1.350.000\$00	22

FORAM ACTUALIZADOS OS ESCALÕES DE TABELAS DE TAXAS DO IMPOSTO COMPLEMENTAR — SECÇÃO A

Foi publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 115, de 21 de Maio de 1982, o Decreto-Lei n.º 196/82, de 21-5-82, que actualiza os escalões das tabelas de taxas do imposto complementar — Secção A, assim referidas:

Rendimento colectável (em contos)	Taxas (percentagens) Casados e não separados judicialmente de pessoas e bens		Não casados e casados separados judicialmente de soas e bens	
	Normal (A)	Média (B)	Normal (A)	Média (B)
Até 150	4	4	4,8	4,8
De mais de 150 até 300	6	5	7,2	6
De mais de 300 até 500	8	6,2	9,6	7,44
De mais de 500 até 700	12	7,858	14,4	9,43
De mais de 700 até 900	18	10,112	21,6	12,136
De mais de 900 até 1100	26	13	31,2	15,6
De mais de 1100 até 1300	34	16,231	40,8	19,478
De mais de 1300 até 1500	42	19,667	50,4	23,6
De mais de 1500 até 1700	50	23,236	60	27,884
De mais de 1700 até 1900	60	27,106	72	32,528
Superior a 1900	70	—	80	—

Além das novas tabelas agora publicadas, estabeleceu-se o limite máximo de 20 000\$00 para a dedução correspondente a quotas facultativas para instituições de previdência e prémios de seguro de vida e de acidentes pessoais, regime que é tornado extensivo aos prémios de seguro de doença.

Ainda com o propósito de encorajar o financiamento das sociedades por parte dos respectivos sócios, estabelece-se a isenção do imposto complementar — Secções A e B, por um período de 3 anos, a contar de 1981, para os juros de suprimentos e outros.

Também foi elevada para 60 % a percentagem de 50 % correspondente às deduções por importâncias pagas e não reembolsadas relativas à prestação de serviços por médicos, analistas, dentistas, enfermeiros, parteiras e massagistas.

Finalmente, actualiza-se a taxa de juro compensatório, que passa de 12 % para 24 %, e, à semelhança do que se tem verificado em anos anteriores, é facultada a autoliquidação do imposto complementar — Secção A, respeitante a 1981.

Para terminar, importa focar que sempre que, por facto imputável ao contribuinte, for retardada a liquidação de parte ou da totalidade do imposto devido, a este acrescerá o juro de 24 % ao ano, se prejudizo da multa comunitária ao infractor.

Mensagem da ADFA

A ADFA, intimamente ligada ao espírito do MFA, desde o início, marcou a sua presença neste convívio em Santarém com uma mensagem que, aliás, enviou também ao convívio dos sargentos.

Reproduzimos a seguir a mensagem da ADFA que foi integralmente lida e aplaudida pelos 1500 oficiais presentes. «A Associação dos Defi-

EM COIMBRA

DELEGAÇÃO DA ADFA PARTICIPOU NAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

Comemorou-se em todo o país o 8.º aniversário do 25 de Abril, data de grande valor histórico para todos os democratas em geral e para os Deficientes das Forças Armadas em particular.

A Delegação de Coimbra da ADFA, comungando os

sentimentos dos seus associados, empenhou-se mais uma vez no sentido de contribuir para a dignificação da comemoração da efeméride, à qual nos sentimos tão ligados. Mais uma vez, a Delegação fez parte da Comissão Promotora juntamente com outras organizações.

No parque da cidade, onde se realizaram iniciativas de índole desportiva, recreativa, e cultural, foi montada uma banca, onde durante todo o dia foram vendidos artigos da ADFA. No mesmo local esteve aberta ao público uma exposição de fotografias alusivas à Guerra Colonial que terá sido visitada durante todo o dia por milhares de pessoas. O local estava assinalado com bandeiras da ADFA. No mesmo dia a equipa de pesca da Delegação esteve presente ao concurso realizado na Figueira da Foz, iniciativa integrada nos festejos comemorativos do 1.º centenário de elevação a cidade daquela localidade. A nossa equipa conseguiu um brilhante 3.º lugar entre 22 equipas concorrentes, conquistando a taça fábrica de de bonecas BRINTOI.

Preparam-se os militares, neste momento, para abandonar definitivamente a direcção política do País. Mas nós, deficientes das Forças Armadas, bem como outros grupos sociais, para quem justiça social não é apenas mero conceito abstracto, permanecemos numa situação de clara marginalização e não sabemos se no futuro, nesta sociedade protectora dos mais fortes, nos aproximaremos do nosso estatuto de cidadãos plenos. Falta-nos saber, inclusivamente, a partir de agora, que apoio receberemos das Forças Armadas.

Aproveitamos aqui para declarar que não aceitaremos que as Forças Armadas enjeitem, como destroços de guerra, os deficientes que elas próprias produziram. E recordamos que a acção da ADFA visa não só a defesa dos interesses dos deficientes de agora como os de cada militar como potencial deficiente que é.

Mas, para além das incertezas, acalentamos a esperança profunda de que o futuro ainda pode ser construído à nossa medida. Este é um estado de espírito que, passados 8 anos sobre o 25 de Abril, ainda prevalece e que

CHAMA OLÍMPICA DA PAZ PASSOU POR LISBOA

De 7 de Junho a 9 de Julho vai realizar-se a II Sessão Extraordinária das Nações Unidas consagrada ao desarmamento. Com o objectivo de participar na mobilização da opinião pública mundial, partiu no dia 15 de Maio do Estádio Olímpico da Grécia a Chama Olímpica da Paz com destino a Nova York e que, depois de passar pela Jugoslávia, Itália e França, chegou a Portugal no dia 30 de Maio.

Em Lisboa, a Chama Olímpica, depois de ter chegado ao Aeroporto da Portela, foi transportada em estafeta por atletas até à sede da ADFA, onde ficou, à entrada do Palácio, na noite de 30 de Maio.

No dia 31 de Maio a Chama foi transportada para o Distrito de Setúbal, também em estafeta a partir de Almada.

A partida para o Canadá, onde seguirá para Nova York, está prevista para o dia 3 de Junho.

A ADFA colaborou neste processo com o Conselho Português para a Paz e Cooperação, já que iniciativas como esta, chamando a atenção da opinião pública para a necessidade e importância da paz são muito úteis e oportunas nos tempos que correm.

ÉVORA

A ADFA NA FEIRA DE S. JOÃO

Integradas no Programa da Feira de S. João, em Évora, promove a ADFA — Zona Sul diversas actividades.

Haverá um Pavilhão com exposição fotográfica, material de dinamização e sensibilização, onde serão prestados esclarecimentos sobre a nossa luta.

No dia 3 de Julho, realizar-se-á, a partir das 20 horas, uma gincana em cadeira de rodas, seguida dum jogo de basquetebol, também em cadeira de rodas, e dum colóquio sob o tema «A INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE PELO DESPORTO» no qual estarão representados a ADFA, o Secretariado Nacional de Reabilitação, a Direcção Geral dos Desportos e outras Entidades.

TIRAGEM DESTA NÚMERO 9 000 EXEMPLARES



A PALAVRA AO LEITOR



DESPORTO = VIDA E SAÚDE

Por LUCÍDIO P. DIAS

Os convívios desportivos que a ADFA tem vindo a levar a cabo, nomeadamente o que levou a efeito no dia 13/4/82, foi uma realidade, e essa, é comprovada pelo facto de num só dia, que mais convidava a uma fuga até à praia, conseguir congregar em torno de tocas as modalidades cerca de 80 atletas, masculinos e femininos.

O sadio movimento que houve nesta confraternização-convívio entre atletas e técnicos desportivos, e não só, foi das coisas mais importantes — de merecido realce e apreço — a que jamais se assistiu. Basta dizer-se que, desde as 8.30h da manhã do referido dia, no Estádio Nacional se juntou o já expresso número de atletas deficientes e estiveram juntos até cerca das 19 horas.

Em função disto, hoje, deficientes de várias idades mostram ao mundo inteiro o que a palavra coragem encerra e quer dizer.

É, pois, necessário que trilhemos o caminho que sempre nos conduziu à realização do sonho, provando que, com grande garra e persistência, muitas vezes incríveis, se podem ultrapassar mesmo as deficiências mais difíceis.

É preciso mostrar à população em geral e aos nossos camaradas em particular que o deficiente pode fazer todas as coisas como qualquer cidadão.

Convém, contudo, explicar aqui e em termos de examinação a atitude do deficiente em função do mundo que o rodeia. É sabido que qualquer lesão ou doença que provoque uma enfermidade grave tal como a cegueira, a amputação de um membro e a paralisia parcial ou total devida a uma lesão do sistema nervoso, afecta em maior ou menor grau a precisão, e economia e a organização normais dos movimentos do corpo. As anomalias denominam-se paralisia, debilidade, hipertonia muscular, rigidez, descoordenação.

O deficiente que se dá conta de que o aspecto do seu corpo mudou devido às formas anormais de movimento experimenta com frequência uma tensão psicológica entre si próprio e o mundo circundante, tornando difíceis e por vezes impossíveis as relações com as pessoas válidas que o rodeiam. Se ele tem constantemente a impressão de que os outros vêem nele um ser anormal, se sente que há atitudes incómodas com a sua presença e o observam com curiosidade, o deficiente corre o risco de rapidamente atingir um complexo de inferioridade caracterizado pela angústia, a falta de confiança em si próprio e o sentimento da sua indignidade humana — o que leva a ter comisseração por si mesmo, a isolar-se e a adoptar um comportamento anti-social.

Todas estas reacções psicológicas negativas são possíveis nos deficientes cujas faculdades intelectuais são, de resto, perfeitamente normais: paraplégicos, amputados, cegos e certos grupos de lesões cerebrais como paralisia cerebral.

Não é, portanto, difícil compreender a razão por que o desporto representa, para o bem-estar do deficiente, uma importância ainda maior do que para as pessoas não deficientes.

Por outras palavras, o desporto auxilia extraordinariamente os deficientes a saírem do ghetto de isolamento em que ficaram encerrados durante muitos anos devido à incompreensão e à atitude negativa do mundo circundante. O desporto permite-lhes adquirir uma nova imagem da sua própria personalidade e motiva o despertar de forças morais tais como o idealismo e a disposição para auxiliar os outros.

Como todos sabemos o corpo é construído para a acção, não para o repouso. Esta é, sem margem para dúvidas, uma necessidade histórica... a luta pela vida, pela integração sócio-profissional-cultural exige uma boa condição física. Mas um funcionamento óptimo só pode ser obtido impondo regularmente quer ao coração, ao aparelho circulatório, aos músculos, ao esqueleto e ao sistema nervoso um aturado trabalho a que se chamará treino.

Se o que se acaba de dizer for tido, por todos, como importante e por todos for praticado estaremos a travar a possibilidade de um aumento do nível de pressão sanguínea, obesidade, concentração elevada de colesterol no sangue. Se tal não for feito, corre-se um risco maior de morte por doenças cardiovasculares, o mesmo já não acontece com os indivíduos não obesos, com pressão sanguínea normal e com um baixo nível de colesterol. O pioneiro nos estudos de «epidemiologia» de doenças cardiovasculares, Morris, sublinhou que a «actividade física como prática habitual é um factor geral de saúde».

Também estudos já realizados demonstram que se pode, treinando regularmente, combater — senão impedir — a baixa de potência máxima que geralmente acompanha o envelhecimento uma vez passados os vinte anos. Tomemos como exemplo duas pessoas com cerca de 50 anos, com a mesma constituição física, uma treinada e outra não. A pessoa treinada terá uma absorção máxima de oxigénio — portanto uma potência motora máxima — equivalente à de uma pessoa não treinada de 35 ou 40 anos. Por outras palavras, um treino moderado pode ser considerado, neste caso, como um rejuvenescimento de 10 a 15 anos.

Concluindo: Para que esta gama de factores positivos, na vida do deficiente, ganhe corpo e seja produto efectivo, necessário se torna que os órgãos sociais da ADFA deixem de atribuir as responsabilidades para os órgãos oficiais «atirando-lhes» a pedra chamada inoperantes e impotentes na criação de estruturas que nos permitam ver surgir um piano desportivo a nível nacional.

É necessário passarmos dos simples estudos e projectos de gabinete. É necessário motivar a massa associativa passando, primeiramente, pela motivação dos órgãos sociais da ADFA. É fundamental que se fomente, praticando, o desporto para bem dos deficientes, para bem de todos nós.

A ADFA sabe que o desporto é um forte concorrente para a integração social dos deficientes, e sabe também que a sua prática é muito reduzida, e, se se agarrar à ideia de que só os departa-

mentos oficiais têm a obrigação de criar as infra-estruturas necessárias para uma fomentação e planeamento desportivo, está, a meu ver, a pecar e lesa os interesses de todos os deficientes e está a subtrair-se a responsabilidade do que vem publicamente proclamado.

Mais, contraria o preceituado nos seus próprios Estatutos e as conclusões do II Congresso Nacional da ADFA.

A ADFA compete-lhe:

- 1.º Incrementar as actividades desportivas e recreativas através das estruturas existentes e a criar;
- 2.º Reunir as condições necessárias e indispensáveis pa-

ra orientar as actividades desportivas, e outras, proporcionando o sadio convívio dos deficientes.

Se tal acontecer, estaremos finalmente a desafiar os preconceitos e as barreiras artificiais que a sociedade criou em relação ao deficiente.

Todavia, penso que todo este trabalho terá que passar pelo esforço do associativismo para que seja possível dar uma cabal resposta às actuais dificuldades.

Se tudo quanto atrás ficou dito for tido em linha de conta teremos finalmente a ADFA como mola impulsora do desporto para deficientes em Portugal.

NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ADFA PROMOVEU EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIAS

Em colaboração com um grupo de estudantes da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, esteve aberta ao público naquele estabelecimento de ensino, durante alguns dias, uma exposição de fotografias subordinada ao tema, «A Guerra Colonial e seus efeitos na classe estudantil». A iniciativa foi integrada na semana comemorativa da crise estudantil de 1969, período em que se registaram na Universidade de Coimbra cenas de feroz repressão pelo Governo facista aos estudantes de então.

Durante o citado período foram divulgados aos visitantes da exposição os objectivos da luta da ADFA.

Foi montada uma banca para divulgação e venda dos nossos artigos.

A FORMA COMO A PIEDADE E A ANTI-PIEDADE DÃO O MESMO EFEITO: A CARIDADE

Por ARMINDO ROQUE

A propósito do E. I. A. - 81, e da polémica por ele levantada, torna-se difícil uma análise do mesmo, feita de uma forma subjectiva, e partindo de pressupostos errados, como considerar que a realidade dos factos é a sua simples reposição fotográfica.

A propósito de um filme realizado pelo professor Noronha Feyo para a RTP, sobre o encontro Internacional do Algarve, levantou-se uma certa polémica a partir de um ADP, em que se criticava o filme, pelo facto de não mostrar a realidade dos deficientes e fazer propaganda aos empreendimentos turísticos algarvios e ao Lions Club.

Em virtude deste comunicado, promoveu a RTP uma mesa-redonda, onde, para além do professor Noronha Feyo, esteve a ADFA e a ADP.

Não pretendo com este artigo tomar a defesa de nenhuma das partes, pois, se considero a posição da ADP completamente inconsistente, a da ADFA é ambígua, e não me parece que o professor Noronha Feyo necessite de advogado de defesa. O importante para mim é que existem várias formas de encarar os factos e este filme é a abertura de uma nova porta.

Quando ao facto de se acusar o filme de fazer propaganda aos empreendimentos turísticos, é falso! Outro fora o realizador e talvez isso tivesse acontecido, pois a distribuição dos bonezinhos, das camisolas e dos expositores de propaganda estrategicamente colocados na mira das câmaras, não faltaram. Como fotógrafo, pude-me aperceber que o difícil era não apanhar a propaganda. Neste campo, apenas há a louvar a destreza dos operadores e a escolha dos planos na montagem, para que não acontecesse ver-se o que habitualmente se vê em todas as transmissões de acontecimentos desportivos.

Mas de facto a questão fundamental não é essa, mas sim aquela outra, de como mostrar num filme de 20 minutos a realidade do desporto para deficientes no nosso País, reportando-se ao que se passou naqueles agradáveis campos da Aldeia das Açoteias sob o maravilhoso sol algarvio.

uma produção que, sob o meu ponto de vista, é a primeira coisa séria que em Portugal, no campo da informação e divulgação televisiva, já vi fazer sobre a problemática do desporto para deficientes.

Há dois desvios que são cometidos quando se analisam estas questões: ou se cai num proteccionismo exagerado, ou se caminha para uma desbragada exposição dos problemas dos deficientes e das respectivas estropiações. No primeiro caso, teme-se chamar as coisas pelos seus nomes, discutindo-as abertamente. Recela-se falar em cegueira ao pé de um cego. Esse paternalismo, bem típico das mulheres da alta burguesia que com os seus complexos de culpa em relação aos inválidos — sobretudo se são vítimas de uma guerra em que eram defendidos os seus interesses económicos — se vão «caritativamente masturbando» em chás-canasta e visitas aos hospitais. Este comportamento é um reflexo da profunda hipocrisia com que a classe dominante, imbuída de uma mentalidade jesuítica, pretende encobrir a problemática dos deficientes e fazer crer que, se todos fossem cristãos muito caridosos, o problema estaria resolvido. Por outro lado, e sobretudo no período de fluxo revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril, houve uma reacção extremamente violenta, contra esse paternalismo, recusando-se os doentes do HMP, muito justamente, a aceitar as visitas das senhoras da Cruz Vermelha. No campo artístico, produziu-se um fenómeno que, por oposição a esse proteccionismo, se traduziu naquilo a que muitos chamam: mostrar a realidade nua e crua. Esta linha é notória em alguns cartazes imprimidos pela nossa Associação nessa época no campo «profissional». É utilizado por alguns pedintes que, no Rosário e outras praças do nosso país, expõem os seus cotos e as suas chagas para conseguirem a esmola que é dada com um arrepiado de medo ou de nojo.

A questão de fundo que portanto se coloca é a seguinte: Devemos transmitir as nossas mensagens à população, apertando para a sua inteligência e fazendo-os com-

preender profundamente os nossos problemas, ou devemos apelar para as suas reacções epidérmicas que, para além de não terem a duração de mais que uns segundos, podem, inclusive, em certos casos devido ao impacto do choque, causar no subconsciente traumas de repulência física e psíquica?

Apelar aos instintos mais primários do Povo Português neste aspecto, ou seja, aos seus sentimentos de caridade, eis a que conduzem duas posições aparentemente antagónicas.

Não será portanto difícil de imaginar quanto de sensibilidade artística e capacidade profissional se torna necessário possuir para, dirigindo-se a três milhões de espectadores, não cair em nenhum desses dois desvios e, pelo contrário, em vez dos sons lúgubres e tristes, ser um hino de força e alegria que completa o «décor»; em vez da agressividade das vozes — sintoma de outras deficiências que não só as físicas — há um relato calmo mas esclarecedor; a força, agilidade, destreza e alegria, aparecem em contradição ao que normal-

mente se pensa que o «inválido» tem de ser: fraco, trêpido e obrigatoriamente triste e desgraçado.

Há quem critique o filme por ele não conter crítica social ao sistema, nos termos em que isso é normalmente entendido. Creio, no entanto, que não é este o programa mais vocacionado para esse estilo de análise. Outro tanto não sucede, por outro lado, com os «Novos Horizontes».

Que se ataque quem se deve atacar, que os ataques sejam justos e, sobretudo, não se ataque o artista, só porque não obedece estritamente aos parâmetros ideológicos de certos «defensores» dos deficientes.

Haja modéstia, e poderemos aprender alguma coisa, neste campo, com um homem que é modesto.

Apesar de tudo, parece-me que se torna urgente e necessário, um filme produzido pelos próprios deficientes, livre da censura governamental ou qualquer outra censura. Mas uma obra que, pela sua qualidade artística, se imponha por si mesma, tanto como pelos ideais de justiça nele veiculados.

TÊXTOS LIVRES

As vindimas

Em minha casa fez-se as vindimas a 28 e 29 de Setembro. Este ano as uvas estavam muito podres.

Também ajudei a vindimar. As uvas depois de apanhadas vão para o esmagador eléctrico.

Maria Otília 14/10/81 13 anos

O meu novo trabalho

Eu esta semana comecei a ter a Maria da Graça a ensinar-me a fazer sacos. Gostei muito.

Paula 14/3/82, 14 anos Portugal dos Pequenitos

Gostei de brincar nas casinhas. Estive numa casa com dois andares e três portas.

Ernesto 14/3/82, 11 anos

A minha ida para casa

Para eu ir a fim-de-semana vem sempre o meu irmão buscar-me de carro.

Mas eu vou sozinho este fim-de-semana de camioneta para experimentar se sou capaz de ir.

Quero tornar-me independente e que não seja preciso virem-me sempre buscar.

Devo facilitar a vida aos familiares e não pesá-los.

Pedro 28/2/82, 14 anos

NOME DAS CIDADES

- (SOLUÇÃO)
- VIANA DO CASTELO
 - FARO
 - PORTO
 - COIMBRA
 - CASTELO BRANCO
 - LISBOA
 - FUNCHAL
 - HORTA
 - TAVIRA
 - COVILHA
 - LEIRIA
 - PORTIMAO

EM 19 DE MAIO

MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA RECEBEU DIRECÇÃO DA ADFA

Como é de todos sabido, a guerra colonial que durante treze anos foi imposta nas três frentes de combate de Angola, Moçambique e Guiné, foi obrigada a incorporar nas fileiras um número considerável de naturais daquelas ex-colónias, tendo tal incorporação sido feita com maior incidência entre os naturais do agora Estado da Guiné-Bissau.

Aquando da descolonização, os Deficientes das Forças Armadas naturais das ex-colónias, que à altura se encontravam internados no Hospital Militar ou a residir na metrópole, optaram na sua maioria pela nacionalidade portuguesa, vindo de imediato a sua situação resolvida em matéria de pagamento de indemnizações sócio-profissionais.

Por razões óbvias, muitos dos Deficientes das Forças Armadas naturais das ex-colónias não optaram pela nacionalidade Portuguesa logo após a descolonização, tendo vindo a fazer no decurso destes anos com realce para aqueles que ao abrigo do acordo de 1 de Julho de 1981, publicado no «D. R.» I Série n.º 148, entre o governo Português e o Governo do Estado da Guiné-Bissau, se deslocaram a Portugal para efeitos de assistência médica e protésica.

Dado que o despacho dos processos de pedido de nacionalidade são morosos e tendo em conta que cerca de meia centena destes nossos camaradas se encontram internados no Hospital Militar Prin-

Processo da atribuição da nacionalidade portuguesa aos naturais das ex-colónias que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas vai ser acelerado

cipal-Anexo aguardando desesperadamente que a nacionalidade lhes seja concedida para poderem usufruir do pagamento das suas pensões, único meio de sobrevivência que lhes possibilite, numa primeira fase, a integração na sociedade portuguesa, foi solicitada pela ADFA, em 27 de Abril do corrente ano, uma entrevista a sua Ex.ª o Ministro da Administração Interna que nos veio a ser concedida em 19 de Maio.

Na referida entrevista em que a ADFA se fez representar por um elemento da Direcção Central e pelo responsável da Secretaria, foram expostas ao senhor Ministro as razões que nos levaram a solicitar a referida audiência, adiantando que ao abrigo do D. L. 308-A-75, de 24 de Junho, os pedidos de nacionalidade destes Deficientes das Forças Armadas deveriam merecer um carácter de urgência, não só por se tratar de indivíduos para os quais a atribuição da nacionalidade é condição imprescindível de subsistência, como também pelo facto de terem servido nas Forças Armadas Portuguesas e ser de justiça não serem abandonados pela Nação que serviram depois de adquiridas as suas deficiências.

Obtivemos da parte do

senhor Ministro da Administração Interna a abertura e o empenhamento para

a resolução desta matéria, tendo-nos sido garantido que, no prazo máximo de 15 dias, nos seria comunicado pelo Director-Geral daquele Ministério a situação dos casos constantes de relação entregue na altura ao Senhor Ministro no sentido de uma resolução rápida do assunto.

REUNIÕES DE SÓCIOS NA SEDE

Devido ao facto de o último número do «Elo» ter abrangido dois meses (Março e Abril) não foi possível anunciar a reunião mensal de sócios na sede para o mês de Maio.

Anuncia-se agora a de Junho, que será no último sábado do mês, dia 26.

A reunião, como habitualmente, tem início às 14.30 horas, esperando-se uma maior comparência de sócios, já que se trata de uma oportunidade para discutir os diversos assuntos associativos de maior actualidade e interesse, nomeadamente a alteração de legislação.

EM 7 DE MAIO

EM SALVATERRA DE MAGOS ENCONTRO DESPORTIVO

Exemplo de um trabalho sério e em profundidade de sensibilização e esclarecimento das crianças nas escolas do nosso País para os problemas dos deficientes

No passado dia 7 de Maio realizou-se uma demonstração de desporto de deficientes em Salvaterra de Magos. Esta louável iniciativa partiu do professor António Miranda e teve o apoio do Conselho Directivo da Escola Preparatória de Salvaterra de Magos, da Câmara Municipal, da GNR, do Centro de Educação Especial de Lisboa e ainda do SNR.

Durante a semana, houve sessões de sensibilização e esclarecimento, onde foram passados filmes, slides e feitos colóquios. Todas estas actividades foram amplamente participadas e seguidas de debates. Os alunos da escola, foram dispensados das suas aulas normais e dirigidos organizadamente para estas actividades.

Na sexta-feira à tarde — como a rematar todo este trabalho — os jovens puderam contactar e conviver, de uma forma entusiástica e alegre, directamente com os deficientes.

Realizou-se um jogo de basquetebol entre a ADFA e Joanita. Foi uma partida bonita de se ver, bem corrida e disciplinada. Seguidamente, houve uma corrida em cadeira de rodas numa das ruas desta bonita e acolhedora vila ribatejana. O vencedor foi o nosso atleta Neto.

A encerrar este convívio, procedeu-se à distribuição de taças e de medalhas de participação a todos os atletas pela CMSM. Seguiu-se um lanche em que participaram alunos, professores, e trabalhadores da escola e os atletas.

Tivemos o grato prazer de ver entre aquelas crianças a pequena Matilde, que é cega, mas tem sido muito bem reintegrada. A sua relação com os outros alunos é satisfatória e o seu aproveitamento escolar muito bom.

Está de parabéns o professor António Miranda, que, através do seu entusiasmo e de uma percepção correcta da nossa problemática, realizou um trabalho de enorme importância, sério e em profundidade, contrariamente a algumas iniciativas que têm na demagogia e no aparato mais ou menos «folclórico» o seu único objectivo. Tenho a certeza que as mais de 300 crianças que participaram neste trabalho nunca mais irão olhar os deficientes como os aleijadinhos

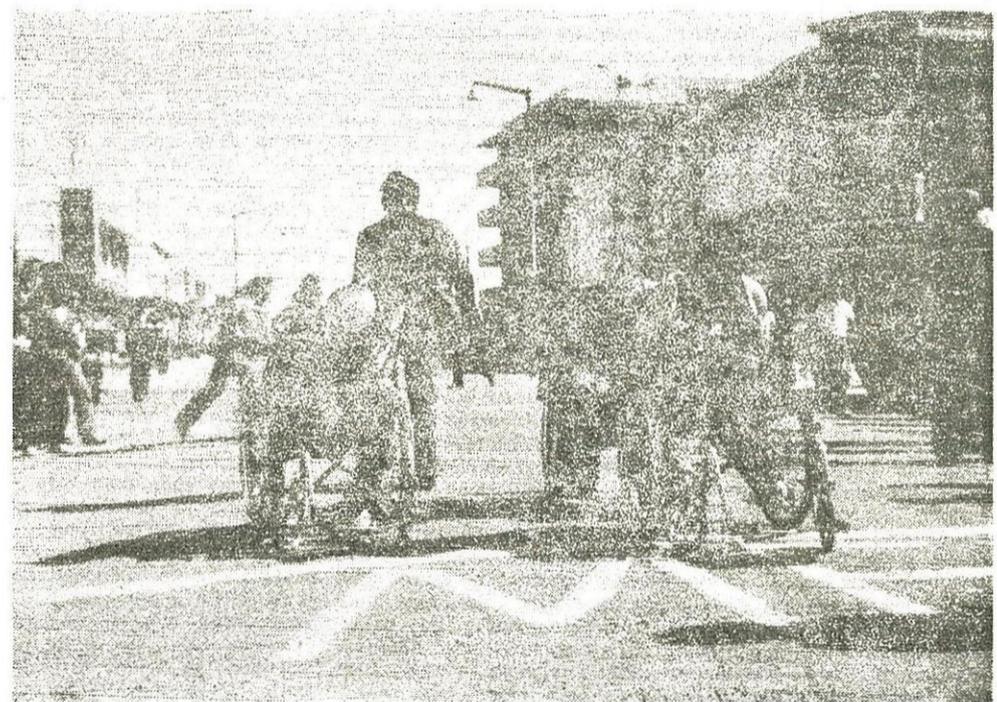
que nada podem fazer e de quem tem de se ter muita pena.

Esperemos que o Ministério da Educação saiba tirar conclusões de trabalhos deste ti-

po. Esperemos, até que não seja necessário que apareçam os «carolas», mas que passe a constar dos planos de dinamização a todos os níveis de ensino do Ministério.

Por outro lado, seria importante que o SNR e as próprias associações se empenhassem também elas não só na participação mas até no incentivar deste trabalho.

A. ROQUE



Sócios da ADFA durante uma corrida de cadeira de rodas

ÚLTIMA HORA SUBSÍDIO DE CONDIÇÃO MILITAR INTEGRADO NAS PENSÕES DOS DFA.s

Depois de elaborada notícia, publicada noutro local deste número, sobre a possibilidade de integração do subsídio de condição militar nas pensões dos deficientes das Forças Armadas, a ADFA recebeu uma comunicação da Caixa Geral de Aposentações informando sobre a decisão final sobre este assunto.

Assim, podemos desde já informar que os deficientes das Forças Armadas abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 43/76 (em campanha) acabam de ver aumentadas as suas pensões com a integração daquele subsídio.

Apresentamos a seguir os quantitativos actuais, por postos, do subsídio de condição militar, a que os

DFA.s passarão a ter direito, em princípio, desde 1 de Janeiro passado.

OFICIAIS

- Of.-General — 8300\$00
- Cor. — 8300\$00
- Ten.-Cor. — 5800\$00
- Major — 5800\$00
- Cap. — 5800\$00
- Restantes ofic. — 4500\$00

SARGENTOS E PRAÇAS DE VENCIMENTO IGUAL A FURRIEL

- Sarg.-Mor — 4400\$00
- Sarg.-Chefe — 4400\$00
- Restantes sarg. — 2900\$00
- Praças de vencimento base igual a furriel — 2900\$00

PRAÇAS

- Praças — 1700\$00

DELEGAÇÃO DO PORTO

ACTIVIDADES NO MÊS DE JUNHO

- 3 de Junho — Inscrição de sócios que estejam interessados na prática de Ginástica de Manutenção, das 16h00 às 19h00.
 - 5 de Junho — O Serviço de Apoio Social (Secretaria) estará aberto das 9 às 12h30. Os sócios que durante a semana não tenham diponibilidade para tratar dos seus assuntos nesta Delegação poderão fazê-lo neste dia.
 - 5 de Junho — 16h00: Projectão do filme de longa metragem «Mulheres e Recrutadas». Esta projecção seguir-se-à a uma reunião da Direcção com os sócios e que terá início às 14h30. O filme destina-se aos sócios e familiares.
 - 17 de Junho — Inscrição dos sócios para Ginástica de Manutenção das 16h00 à 19h00.
 - 20 de Junho — Encontro de sócios em Viana do Castelo.
- Ao longo do mês devem os sócios passar pela Delegação a fim de preencherem a nova Ficha de associado trazendo consigo todos os documentos militares que possuírem, Grupo sanguíneo e Factor Rh, Cartão da DFA ou Pensionista, duas fotografias, número de pensionista da Caixa Nacional de Aposentações.